

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**CRISTIANO MARCELO PALMA**

**COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS: ENTRE AS NORMAS  
AUTORIZADAS PELO USO E AS REGRAS PRESCRITAS PELA GRAMÁTICA**

**SÃO PAULO**

**2014**

**CRISTIANO MARCELO PALMA**

**COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS: ENTRE AS NORMAS  
AUTORIZADAS PELO USO E AS REGRAS PRESCRITAS PELA GRAMÁTICA**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito a obtenção do título de Especialista.

Orientador (a): Profa. Dra. Jeni Silva Turazza

**SÃO PAULO**

**2014**

## **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos iniciais vão para o meu mais novo e sincero amor: meu filho Rafael que renovou minhas forças e esperanças. Ao meu filho Guilherme que mesmo estando longe, não para de surpreender este velho pai e torná-lo orgulhoso.

Agradeço a todos os professores que ao longo dos dois anos de convivência, contribuíram e contribuem para despertar meu incipiente senso e responsabilidade de pesquisador.

Agradeço também, à Professora Jeni Silva Turazza, pela paciência e compreensão quando nada parecia fácil. Obrigado pela atenção e pelas valiosas e sempre relevante sugestões e ideias.

De forma geral, agradeço a todas as pessoas que incondicionalmente participaram da minha formação acadêmica, me apoiando nos dias mais claros e também nos mais escuros. Em especial, minha esposa, meus pais, minhas irmãs, minha avó, amigos e meu querido e inesquecível avô, Zeferino. Obrigado.

## RESUMO

Esta pesquisa compreende um estudo que tematiza a colocação dos pronomes pessoais átonos oblíquos, delimitados a usos em que seu emprego está delimitado à posição inicial das orações do Idioma Português do Brasil. Neste contexto onde se tem o mesmo objeto de estudo “a língua”, concebida por diferentes pontos de vista, é preciso considerar o distanciamento existente entre as normas propostas pela tradição escolar imposta pelo Estado e as relações referentes ao uso da norma coloquial no português brasileiro. Para análise de corpus da modalidade escrita, selecionamos um conjunto de textos do português arcaico dos séculos XII, XIII XIV, XV e XVI – dentre os quais se situam a Carta do Descobrimento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha e textos do Trovadorismo Português – considerou: a) o ponto de vista descrito por vários gramáticos e/ou linguistas contemporâneos da língua portuguesa. Os resultados obtidos possibilitam pontuar que, a colocação dos pronomes oblíquos átonos, inserido nesse contexto histórico do português-arcaico, não obedecia a nenhuma regra específica, comprovada pelas variações desses pronomes na lírica e prosa do português arcaico. A colocação pronominal, analisadas nesse período, de modo geral, era mais flexível e em certos momentos buscava atender as exigências harmônicas da frase. Por isso, podemos conferir nos textos desse período, a aproximação da língua falada no Brasil atualmente com a modalidade escrita da língua no português-arcaico. E confirmar a preferência pelo uso da próclise no século XVI, como ocorre ainda hoje no Brasil.

**Palavras-chave:** Colocação Pronominal. Linguística-histórica. Norma padrão e norma culta. Prescrição gramatical.

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1.** Dicotomias estritas.

**Quadro 2.** A perspectiva variacionista.

**Quadro 3.** Retomada anafórica de objeto de não-pessoa.

**Quadro 4.** Ocorrência da regra única dos clíticos no PB

**Quadro 5.** Colocação dos clíticos no português europeu

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABP** – Aprendizagem Baseada em Problema

**NURC** – Norma Urbana Culta

**PB** – Português Brasileiro

**PE** – Português Europeu

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. OS ESTUDOS GRAMÁTICAIS E O ENSINO DA LÍNGUA HOMOGÊNEA.....	14
1.1 Considerações Iniciais.....	14
1.2 Gramática Tradicional pelas suas Dicotomias.....	15
1.3 As Dualidades da Estrutura Linguística.....	17
1.3.1 As dualidades na Relação Fala e Escrita .....	20
1.3.2 A Polarização do Português Brasileiro .....	25
2. A LÍNGUA PORTUGUESA — ENTRE O PASSADO E O PRESENTE A LÍNGUA FALADA PELOS BRASILEIROS .....	29
2.1 Considerações Iniciais.....	29
2.2 A Formação Idiomática do Português Brasileiro pelo Português Europeu	31
2.3 O GALEGO-PORTUGUÊS E A FORMAÇÃO DE PORTO CALE: Marco Original do Português do Brasil .....	34
2.3.1 O Uso do Pronome Átono Clítico na Lírica e na Prosa do Português Arcaico	36
2.4 Algumas Considerações Finais .....	49
3. OS CLÍTICOS E SEUS USOS – entre o Brasil colônia e Brasil do Estado moderno do presente .....	52
3.1 Considerações Iniciais.....	52
3.2 O uso dos clíticos na Carta de Pero Vaz de Caminha sobre o Brasil.	52
3.3 O Uso dos Clíticos no Século XVI .....	57
3.3.1 As Diferenças e Semelhanças entre Usos de Colocação Pronominal no PB.....	58
3.3.2 Norma Padrão e Norma Culta .....	61
3.3.3 Algumas visões Gramaticais na Colocação do Pronome Átono ....	64

4. ENSINO DE GRAMÁTICA - UMA PROPOSTA NOVA PARA UM ENSINO VELHO .....	81
4.1 Aprendizagem Baseada em Problemas .....	95
CONCLUSÃO .....	98
REFERENCIAS .....	100

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar o emprego dos pronomes pessoais oblíquos átonos empregados como recursos linguísticos em registros da norma padrão, descrita pelos nossos gramáticos de formação filológica e/ou linguística, por um conjunto de regras gramaticais. Comparadas essas descrições, ainda que de forma intuitiva ou assistemática, observa-se que essas não têm equivalências unívocas em relação àquelas referentes aos usos da norma coloquial do português brasileiro. Assim, uma comparação orientada por fundamentos teóricos capazes de possibilitarem a construção de respostas significativas e compreensíveis, sobre as razões dessas não equivalências de usos, tornou-se uma questão problemática a ser resolvida pelo pesquisador: o que justifica a pesquisa desenvolvida e registrada por essa monografia.

Segundo alguns estudiosos dessa mesma questão gramatical esse tipo ou modalidade de pesquisa se faz necessária para que possamos nos desfazer dos limites pré-estabelecidos pelas regras que descrevem a norma-padrão, não só por elas serem estanques, inflexíveis, mas principalmente pelo fato de elas estabelecerem a crença de a língua escrita ser socialmente organizada e ordenada por uma gramática. A língua oral, por sua vez, não seria organizada e ordenada por uma gramática; portanto, seus usos seriam desordenados e agramaticais, ou se ordenados e gramaticais por eles responderiam outra gramática, a ser descrita pelos estudiosos dessa área. Entretanto, os gramáticos em geral, sejam eles de formação filológica e/ou linguística, são unânimes em afirmar que a língua possui uma só gramática e esta tanto responde por normas de organização e ordenação dos elementos constitutivos da língua usada pelos seus falantes em situação de comunicação escrita ou oral. Por conseguinte, a hipótese de duas gramáticas – pressupostas as diferenças entre essas duas situações de usos – é inviável.

Nesse contexto, consideramos relevante considerar que a língua portuguesa usada pelo povo brasileiro é focalizada por diferentes pontos de vista, a saber:

- a) se considerada como a língua que aprendemos dos lábios das nossas mães e/ou de parentes próximos, como nossa primeira língua, na fase da nossa primeira infância, ela é denominada “língua materna”;
- b) se essa mesma língua materna é a mesma da maioria daqueles que nascem em um Estado responsável por um território nacional, ela é designada “língua nacional”, pois seus usuários são membros de uma nação, administrada por esse Estado – mesmo que nele habitem grupos menores que fazem uso de outras línguas maternas: os estrangeiros;
- c) essa língua nacional - reconhecida pelo Estado como aquela que é usada nas relações externas de caráter internacional, e nas relações internas ou nas práticas governamentais de caráter administrativo, jurídico, educativo e social – é, agora, denominada “língua oficial”;
- d) se esta mesma língua – a materna, a nacional e a oficial – permite o acesso à cultura letrada e a não letrada (folclore, por exemplo), ela é patrimônio cultural dos membros de uma nação gestada pelo seu povo e gerenciada pelo Estado. Assim, ela é concebida como a que tem tradição escrita; é um patrimônio do saber; é descrita por uma gramática e, por isso, deve ser ensinada nas escolas e, nessa condição da sua função educativa:
- e) essa mesma língua oficial, a ser ensinada e aprendida, é ainda designada “língua standard” – uma variedade de língua escrita que por razões de ordem sociocultural é elevada à condição de um modelo gramatical a ser ensinado por ser ela constitutiva da norma culta da sociedade brasileira.

Nesse contexto onde se tem um mesmo objeto (a língua), focalizada, concebida e definida por diferentes pontos de vista, é preciso considerar que, no Brasil, há um distanciamento entre as normas propostas pela tradição escolar e aquelas efetivamente usadas pelos brasileiros, principalmente no que se refere à colocação de pronomes pessoais oblíquos átonos. O ensino em geral, toma referência à língua em uma de suas variedades, qual seja a padrão como medida de

avaliação para aceitação de uso adequado e relega a segundo plano todos aqueles que dele se distanciam ou a ele não correspondem. Assim procedendo, apagam-se as vozes de inúmeros ou milhares de brasileiros que, embora façam uso da língua portuguesa, mas subvertem as regras propostas pela gramática da língua escrita “standard”: silenciar essas vozes tem sido uma estratégia do longo tempo, com a qual a escola sempre colaborou e tem colaborado. Entende-se que o trabalho com a gramática jamais deve estar dissociado ou distanciado da realidade, mas implicar reflexões sobre situações reais de usos da escrita que, como todos sabem, têm os seus registros sob a forma de textos escritos.

O aluno, por sua vez, vivencia um contexto de aprendizagem escolar em que a colocação pronominal a ele ensinada se faz contraditória àquela de que ele faz uso no seu falar cotidiano, principalmente no que se refere à nítida e irrefutável preferência pelo uso da próclise, mesmo contrariando a norma padrão. A criança, o jovem e o adulto crescem com trauma pronominal e para compensar a distância entre essas duas situações que os diferenciam do grupo social dos homens letrados, passam a usar o pronome oblíquo depois do verbo. E assim procedendo, embora passem a colocar esses pronomes depois do verbo, avaliam como “mais chiques”, sentem o quanto as frases soam artificiais para eles. Logo, não se identificam com os enunciados que estão aprendendo a construir em língua escrita e reiteram a concepção de ser a língua escrita diferente, distante da língua oral e/ou coloquial. Os professores, por sua vez, intensificam esse valor de “ser chique”, embora artificial”, manchando de vermelho as redações de seus alunos devido à colocação pronominal “inadequada”.

Os estudos realizados, em conformidade com a bibliografia selecionada para assegurar estudos sobre esse problema, possibilitam pontuar a necessidade de essas questões serem discutidas privilegiando-se a diferença que há entre a sonoridade lusitana e a brasileira. Assim procedendo, será possível analisar a colocação do pronome pessoal oblíquo átono em três períodos da língua portuguesa, a saber: a) o primeiro período referente ao estudo da colocação pronominal, compreende textos do português arcaico referente ao Trovadorismo, selecionados dentre as composições da poesia lírica e da prosa trovadoresca; b) o segundo deles se refere à colocação dos clíticos no primeiro documento escrito em português no território brasileiro, também chamado de “Certidão de nascimento do

país, a Carta de Pero Vaz de Caminha”, por ser um primeiro registro escrito da língua portuguesa que, usado no século XV, seria um primeiro modelo de representação dessa língua herdada como herança do português europeu pelo povo brasileiro; c) terceiro período corresponde a um compêndio de gramáticas contemporâneas que analisam a colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos no Português do Brasil (PB) e no Português Europeu PE, quando às regras propostas para seus respectivos usos.

Os textos extraídos para nossa análise compreendem um período da língua portuguesa denominada português-arcaico, do século XII ao século XVI, e as amostras estão divididas em dois momentos desse período: O primeiro momento, o Trovadorismo — são submetidas para análise seis poesias líricas e um texto em prosa de cavalaria; o segundo momento, a Colonização brasileira — foram extraídos treze excertos da Carta de Pero Vaz de Caminha para análise da colocação dos pronomes oblíquos átonos no período compreendido como o achamento do Brasil. Esses textos constituíram o corpora que foi submetido a análises por um procedimento comparativo, de modo a verificar as semelhanças entre as regras de usos dos referidos pronomes, quanto à norma padrão propostas pelos gramáticos, e as diferenças entre os usos que delas fazem os brasileiros e os portugueses europeus. Por conseguinte, a metodologia para o tratamento do tema esteve orientado pelo princípio da comparação, de modo a ressaltar semelhanças e diferenças entre o objeto comparado e o comparante, qual seja: entre gramáticos do português brasileiro e do europeu; entre os usos arcaicos dos referidos pronomes e o português brasileiro contemporâneo e do português europeu.

O desenvolvimento dessa pesquisa está organizado e ordenado por quatro capítulos, assim estruturados:

- a) Capítulo 1 fornece um panorama da atual situação da modalidade escrita e falada. Por um lado, situam-se as forças conservadoras da sociedade, orientadas quanto às suas práticas de usos da língua portuguesa por um modelo de Gramática Tradicional. Essas práticas conduzem a uma modalidade escrita avaliada positivamente como aquele que confere prestígio ao modelo de educação e de poder às instituições sociais gestadas e administradas pelo Estado que, por essa modalidade de uso, o Estado exerce

a sua força de controle e acesso aos cargos públicos e privados de poder. Por outro lado, a fala e suas complexas relações com as representações de formas sociais, tida como um modelo caótico, mutável, variável e heterogênea, sempre suscetível a todos os tipos de ataques provenientes das forças conservadoras;

- b) nos capítulos 2 e 3, o pesquisador assumiu perspectiva linguístico-histórico para tratar da formação da língua portuguesa, tendo por ponto de referência a história da língua latina e dos povos que habitavam a Península Ibérica, entendendo esse ponto de vista histórico ao tempo da expansão marítima que culmina com o descobrimento do Brasil. Justifica-se essa delimitação do tempo histórico pela seleção do corpora que orientou as análises quanto à colocação dos pronomes oblíquos átonos: período compreendido como português-arcaico. Para tal, os textos escolhidos para composição do *corpus* foram extraídos do movimento literário denominado Trovadorismo e também a Carta de Pero Vaz de Caminha endereçada ao Rei de Portugal. Neste capítulo também apresentaremos os compêndios gramaticais tradicionais e não tradicionais para tratar comentando dos principais resultados obtidos em descrições específicas acerca da colocação do pronome oblíquo átono no PB e no PE. Segue a nossa análise apontando para as mudanças ocorridas quanto à colocação dos pronomes átonos, por um processo de transformação por que passa uma palavra, durante as quais elas ganham novas propriedades sintáticas, morfológicas e semânticas no PB.
- c) no capítulo 4 verificamos os estudos de autoria de Carlos Uchôa (2007), a respeito das novas perspectivas para o ensino de gramática nas escolas de grau fundamental e médio, associadas ao ensino das práticas de produção textual-discursivas. O autor, em suas várias contribuições, assinala a importância de relacionar a gramática com a produção e a compreensão de textos. E ao final deste capítulo apresentamos uma perspectiva de aprendizagem baseada em problemas, com características de integrar disciplinas para desenvolver e aumentar a competência linguística do estudante.

Ressaltamos que a essa Introdução, seguida dos capítulos acima descritos, segue-se a conclusão da pesquisa realizada, quando o objetivo específico a ser atingido foi retomado e — considerado na sua relação com o problema que desencadeou a pesquisa, bem como os resultados obtidos pelas análises, buscou-se comprovar que o mesmo foi atingido. E, na perspectiva referente ao ensino-aprendizagem, foi possível considerar, à semelhança de Carlos Uchôa, a necessidade de se entrelaçar a aprendizagem dos recursos gramaticais como necessários para o ensino dos processos de aprendizagem das composições textuais em língua escrita.

## 1. OS ESTUDOS GRAMÁTICAIS E O ENSINO DA LÍNGUA HOMOGÊNEA

### 1.1 Considerações Iniciais

A Gramática ensinada em nossas escolas é herdeira dos primeiros estudos sobre as línguas grega e a latina, desenvolvidos pelos filósofos da Antiguidade Clássica. Entre o tempo da sua criação e aquele do nosso mundo moderno, ela se mantém no espaço ocupado pelas instituições escolares como obra de referência para se ensinar a aprender a língua escrita, ou como afirmavam os gregos, a arte do bem falar e do bem escrever textos escritos. Todavia, no Brasil, por razões históricas, o ensino de Língua Portuguesa no Brasil, sempre esteve distanciado dessa arte e voltado para um modelo de aprendizagem do aprender a gramática pelas regras descritas pelos gramáticos, ou seja, da regra pela regra, distanciado das situações de usos efetivos dessas regras, quando essas regras funcionam como recursos, meios para se aprender a ler e a escrever. Trata-se do ensino de conteúdos gramaticais que sempre funcionaram ou tantas vezes funcionam como recurso de discriminação e repressão linguística, entre os que falam bem a língua dos que supostamente falam mal, ou seja, a gramática que foi usada estrategicamente para diferenciar o colono europeu do colono brasileiro, hoje diferencia o brasileiro letrado do não letrado, o alfabetizado do não alfabetizado. Nesse sentido, ela é um instrumento ideológico para impedir e excluir o acesso à cultura letrada daqueles que ocupam a periferia das nossas cidades, filhos dos lavradores e/ou daqueles que buscaram fugir da seca e da fome dos nossos sertões.

A Gramática Tradicional, entretanto, foi criada apenas com o propósito de descrever os registros escritos da língua grega, descrever as regras, bem os desvios dessas regras por escritores daquela época, as denominadas “figuras de linguagem”. Deslocados esses estudos para o campo do ensino-aprendizagem, coube às escolas transformá-la na aprendizagem uma “língua homogênea”, engessada por regras do “bem falar e do bem escrever”, ignorando as chamadas figuras de linguagem, seus desvios. Esse procedimento escolar definiu os rumos dos estudos gramaticais e da pedagogia das línguas. Observa-se que as dualidades da

filosofia platônica serviram de suporte para que os filósofos alexandrinos escorassem as noções de certo e errado, quantos aos modos de agir e de proceder quanto a organização e ordenação das ideias expressas em registros escritos. A escola, entretanto, interpretou essa concepção como modos de escrever para registrar os fatos linguísticos em consonância com as regras descritas pelos gramáticos, mas não em relação às ideias expressas por aquele que está aprendendo a compor um texto em língua escrita. E, assim procedendo, tem-se atribuído à gramática a responsabilidade pelos estragos que, desde então, têm sido feitos ao longo da história escolar dos humanos.

## **1.2 Gramática Tradicional pelas suas Dicotomias**

As dicotomias entre conceitos ou ideias que opõem um deles ao outros(s) resultam da comparação entre eles, de modo a diferenciar em que eles se assemelham e em que se diferenciam; por exemplo, a comparação entre uma foice, um facão, uma faca e um canivete – têm cabo e uma lâmina, mas se diferenciam quanto ao tamanho e função. Jamais um canivete é usado para ceifar uma lavoura de trigo, quando a opção será a foice, ou para o corte da cana, quando a opção é pelo facão, o canivete será opção para descascar um gomo de cana ou uma laranja, por exemplo. É nessa acepção que as dicotomias entre categorias de conceitos funcionam: para classificar os objetos nos mundos, quanto às suas funções ou usos que deles são feitos pelos homens. Entretanto, embora esses usos sejam “normativos”, por implicarem regras de usos, nada impede a um homem que, tendo em suas mãos um facão e vivenciando uma situação de muita sede, diante de um pé de laranja, faça uso do facão para descascá-las e chupá-la, resolvendo seu problema imediato: matar a sede. Portanto, as categorias são flexíveis, afirma Turazza (2005: *Léxico e Criatividade*. São Paulo: Editora AnnaBlumem.)

As categorias estão presentes na gramática tradicional e por elas são organizadas as classes de palavras, as regras da sintaxe nominal e da sintaxe verbal, as classes de palavras que funcionam como sujeitos, objetos, adjuntos adnominais e adverbiais etc., mas sempre tendo por parâmetro a dicotomia entre o nome e o verbo. Por elas são expressas oposições entre classificações e funções

de relações entre regras morfológicas e/ou sintáticas da língua portuguesa que, para os filósofos alexandrinos eram fundamentais para se compreender as semelhanças e diferenças entre a fala e a escrita. Para eles, a fala era caótica e desregrada, o lugar do erro e do equívoco, enquanto a escrita (concebida como algo homogêneo) era límpida e regulada.

Essa posição desses filósofos contribuiu significativamente para que a gramática deixe de ser uma proposição filosófica sobre o funcionamento da língua e se constitua numa atividade prática, numa disciplina proeminentemente linguística e didática, onde o que importa é o fato de a língua ser compreendida e analisada em si e por si mesma. Esse ponto de vista, desde então, passa a privilegiar um olhar apenas àqueles qualificados pelo uso adequado e regrado pela norma padrão ou gramatical. Sobre os fatos gramaticais que atribui à gramática e, conseqüentemente, à língua a qualidade da perfeição de que se originaria o conceito pernicioso, coercivo e preconceituoso inerente à noção de “certo e errado”. Assim procedendo, os alexandrinos definiram os rumos dos estudos gramaticais e da pedagogia das línguas por mais de dois mil anos, crenças na perfeição irrefutável da língua escrita literária criando com base nela, os fundamentos de um modelo ideal de “língua correta”, que deveria servir de postulado a ser seguido e alcançado por todo cidadão.

Essa mesma perspectiva ou caminho da busca pela cidadania, percorrido pela filosofia platônica, que tanto influenciou os filósofos alexandrinos, chegando até aos bancos escolares da educação letrada brasileira, principalmente quanto ao ensino de língua materna. Por ele, nossas escolas formaram e formam alguns cidadãos, tendo por parâmetro a adoção da gramática como principal material didático para o ensino da disciplina Língua Portuguesa, pouco se preocupando em analisar efetivamente as diferenças inscritas nas semelhanças entre os modos de falar para dizer nessa/por essa língua como esses dois povos compreendem e interpretam seus conhecimentos de mundos, nem sempre de modo igual. Trata-se de um modelo gramatical diante do qual o alunado é exposto e, ao mesmo tempo distanciado de suas experiências reais. É importante esclarecer, que os filósofos gregos, especialmente Platão, não tinham a menor intenção de criar uma disciplina gramatical, organizada e ordenada por um conjunto de regras, cujo objetivo estava circunscrito aos modos do bem falar para o bem dizer. Esses filósofos não

diligenciavam seus esforços a linguagem com nenhum objetivo didático, pedagógico. Mesmo assim, era necessário criar ferramentas de análise que delimitassem o objeto por eles investigados e a gramática era um deles, o outro era os glossários e/ou dicionários, além de investigações sobre a retórica: a arte do saber bem se expressar para bem comunicar.

### 1.3 As Dualidades da Estrutura Linguística

Segundo Alfred North Whitehead (Bagnó: 38, apud 1861- 1947), a influência do pensamento platônico é tão intensa sobre os estudos linguísticos que poderíamos afirmar que “a tradição filosófica europeia é uma série de notas de rodapé a Platão”. Uma das heranças mais significativas desse filósofo teria orientado o estruturalismo – teoria da linguística moderna que responderia pela sistematização do discurso científico do século XX – é a manutenção das dicotomias a que nos referimos no item que antecede a esse, e que sempre orientaram os fundamentos da gramática grega. Assim, quando em 1919, Charles Bally e Albert Sechehaye publicaram três cursos ministrados por Ferdinand de Saussure<sup>1</sup> (1857- 1913), intitulado “Cours de Linguistique Générale” – por meio dos quais foram criadas as bases da escola teórica que passaria a se chamar estruturalismo - esse seu fundador também optou pelas dicotomias. Todas elas de inspiração nitidamente platônica: Langue x Parole, Significado x Significante, Sincronia x Diacronia,

---

<sup>1</sup> Nasceu em Genebra, numa família de origem francesa, que contava entre seus membros com geólogos, gramáticos e naturalistas, como seu avô materno, Henri de Saussure. Nesse ambiente de elevada cultura científica, o jovem Ferdinand logo aprendeu latim, alemão, inglês, grego, e foi iniciado na grande tradição da filosofia alemã do século XIX e no idealismo romântico em particular.

Aos 18 anos, começou sua carreira universitária na área das ciências exatas. Entretanto, orientado por Adolphe Pictet, filólogo e amigo da família, iniciou seus estudos na linguística na universidade alemã de Leipzig e, posteriormente, estudou em Berlim e Paris. Em 1877, ainda estudante, Saussure começou a firmar sua reputação, apresentando à Sociedade Linguística de Paris um brilhante estudo sobre o sistema primitivo das vogais nas línguas indo-europeias, o que se tornaria, no ano seguinte, seu único livro publicado em vida. Aos 22 anos, apresentou, em Leipzig, como tese de doutorado, um estudo sobre o emprego do genitivo absoluto em sânscrito. Iniciou então, a carreira de professor universitário, ocupando primeiro a cadeira de Gramática Comparada, na École Pratique des Hautes Études, em Paris (1881-1891) e, posteriormente, na Universidade de Genebra, as cadeiras de Linguística Indo-europeia e Sânscrito (1901-1907) e Linguística Geral (1907-1912). (Curso de Linguística Geral, Cultrix, 2012).

Paradigma x Sintagma, bem como ao retomar a concepção de signo linguístico não as ignorou, definindo-o, à semelhança de uma folha de papel, pela relação necessária entre significante X significado. Desse e por essas relações contrárias, mas jamais contraditórias, os linguistas modernos, hoje, concebem ser o novo objeto da linguística, uma unidade de significação que se explica por uma dupla relação, qual seja: coesão e coerência textual, também duas faces de uma mesma unidade linguística.

Saussure, ao definir seus pares opostos propõe no Curso de Linguística Geral, a langue como uma entidade autônoma, um sistema fechado em si mesmo, que pode ser estudado sem se levar em consideração qualquer participação histórica, social, cultural etc., ou seja, exclui o homem do campo dos estudos linguísticos. Assim procedendo, esse estudioso concebe a langue como um elemento psicolinguístico, e a situa no plano do inteligível, do dedutível a partir das abstrações, por um lado e, por outro situa a parole ou fala em um outro polo, afirmando que os seus estudos, por serem variáveis, não seria tarefa dos linguistas propriamente ditos, pois esses se ocupariam apenas da língua sistema. Para Saussure, caberia aos psicolinguistas, aos sociolinguistas e aos etnolinguistas investigarem as variações da fala e, assim procedendo, segmentou os estudos sobre a linguagem humana e atribuiu às atividades da fala papel secundário, no campo das ciências do homem. Bagno (2011: 41- 42) entende ser esta redução da teoria saussuriana que levaria os estudos sobre os usos linguísticos a serem confinados à caverna do sensorial “do audível, do articulável.”

As críticas aos estudos dos pares opositivos, à medida que se fazem conhecidos, são intensificadas e levaria Valentin Nikolaévitch Volóshinov (1845-1936): apud Bagno (2011: 57) a assumir posição contundente ao se dirigir explicita e diretamente a Saussure, pontuando que:

“Segundo o pensador russo, a linguística saussuriana, que acredita distinguir-se dos procedimentos da filologia tradicional, na verdade só faz reiterá-los e perpetuá-los, ao desdenhar a produção individual dos falantes (a parole) e ao se concentrar num construto teórico abstrato, homogêneo, impossível de verificação empírica (a langue, ou sistema, ou sincronia)”.

Nessa mesma acepção, hoje sabemos que as gramáticas científicas ou estruturais contribuíram para dar cientificidade aos estudos registrados em nossas gramáticas tradicionais contemporâneas, ao descrevê-las por modelos estruturalistas. Apresentamos, abaixo, o modelo do objetivismo abstrato, tão criticado por Volóshinov (Bagno, 2011: 57):

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida tal e qual à consciência individual e peremptória para esta.
2. As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas que estabelecem vínculos entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Essas leis são objetivas em relação a toda consciência subjetiva.
3. Os vínculos linguísticos específicos nada têm que ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se encontra na base dos fatos de língua nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para consciência, nem vínculo artístico.
4. Os atos de fala individuais constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normalizadas. Mas são justamente esses atos de fala individuais que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovido de sentido. Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem comunhão de motores. O sistema e sua história são estranhos um à outra.

Assim como Saussure, Volóshinov considera a língua um fato social; mas, contrariando Saussure que concebe a língua como se ela fosse um objeto abstrato ideal, circunscrito ou delimitado por um sistema sincrônico, que rejeita suas manifestações individuais (*parole*). Contudo esse autor russo enfatiza “precisamente a fala, a *parole*, a enunciação, e afirma sua natureza social, não individual: a *parole* está indissolúvelmente ligada às condições de comunicação, que estão sempre ligadas às estruturas sociais.” (Bagno, 2011: 57)

### 1.3.1 As dualidades na Relação Fala e Escrita

As influências dos filósofos alexandrinos que atribuíam maior importância à concepção de ser a língua um sistema homogêneo, foram propagadas ao longo do tempo, também foram sendo disseminadas nos bancos escolares, principalmente no campo do ensino de língua materna. Apoiada nas ideias dualistas, a norma-padrão assume os valores hierárquicos dos graus mais elevados do sistema linguístico. Nas instituições de ensino, a Gramática Tradicional passa a ocupar o topo do sistema, e todas as outras variações, variantes e formas idiomáticas ficam submissas a ela; a única aceita de forma irrefutável. Esse processo de hierarquização da língua é apontado por Cunha e Cintra (1985: 3) como símbolo de coerção linguística, ao afirmarem que:

:

“[...] todas as variedades linguísticas são estruturadas, e correspondem a sistemas e subsistemas adequados às necessidades dos seus usuários. Mas o fato de estar à língua fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distintas das características das suas diversas modalidades diatópicas, diastráticas e diafásicas. A língua padrão, por exemplo, embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade. Do valor normativo decorre a sua função coerciva sobre as outras variedades, com o que se torna uma ponderável força contrária a variação”.

Essa função coerciva da norma padrão escrita sobre as diferentes e variedades de usos idiomáticos do português do Brasil, nesse caso, essa língua escolar “estandardizada” que funciona para assegurar a unidade nacional, acrescentam-se calorosas discussões sobre a escrita e a fala. Reitera-se o fato de a escrita ser um produto social, cristalizado por convenções que expressa e/ou assegura a construção de uma consciência coletiva, que, adotada pelo corpo social, define as regras do bom uso. Seu prestígio, nitidamente vem da sua forma estanque, permanentemente sólida, suas as impressões visuais são mais nítidas e mais duradoras que as impressões acústicas. A imagem gráfica acaba se impondo ao som. Já a fala apresenta um caráter particular, individual e variável. Mas essa variação não prejudica a compreensão interna dos falantes, num nível mais abstrato, uma forma comum, geral.

Amplia-se a compreensão de em uma sociedade, em desenvolvimento, a escrita haver se tornado um bem social imprescindível para enfrentar o dia a dia; contudo, pelo fato de ela haver se tornado um recurso imprescindível, a sua forma gráfica passou a ser avaliada de modo coercivo e se impôs por meio da violência para assegurar a sua penetração nas sociedades modernas. Esse procedimento não impediu que a ideologia da violência impregnasse as culturas de modo geral. Sua prática e avaliação social a elevaram o seu status a graus de ascendência até então nunca considerados, chegando a simbolizar a própria educação, bem como de desenvolvimento humano e de poder.

É importante destacar que a modalidade escrita é uma das formas existentes para chegar ao conhecimento da língua, segundo Suassure (2012: 58):

“[...] a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que o próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto”.

No entanto, mesmo compreendendo o entrelaçamento entre a palavra oral e a escrita, é importante compreender que escrita é um sistema totalmente distinto da língua falada, cuja função essencial é a representação imagética da fala.

Segundo Marcuschi (2007), ocorre um equívoco de análise, claramente alimentada pela norma-padrão, toda vez que se pensa que a fala e a escrita são dialetos diferentes, “Minha posição é a de que a fala e escrita não são propriamente dois dialetos, mas sim duas modalidades de uso da língua, de maneira que o aluno, ao dominar a escrita, se torna bimodal.” (Marcuschi, 2007: 32). Em verdade, as duas modalidades, fala e escrita, apresentam suas particularidades, mas jamais são opostas entre si: trata-se de um fenômeno extremamente complexo, cuja função primeira é a comunicação humana.

Observado o princípio de serem os usos e a intenção das interações comunicativas — essas sempre adequadas às práticas e à situação a que se destinam as práticas textuais discursivas — que fundam a língua e não as regras da morfologia ou da gramática, segundo Marcuschi (2007: 9) “defende-se a tese de que falar ou escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras da língua, mas

é usar adequadamente a língua para produzir um efeito de sentido pretendido numa dada situação”.

Marcuschi (2007: 9) aponta para o fato de que, em determinados momentos da comunicação, ocorrem entre as duas modalidades da língua, uma justaposição e também uma contraposição:

“Em certos casos, as proximidades entre fala e escrita são tão estreitas que parece haver uma mescla, quase uma fusão de ambas, numa sobreposição bastante grande tanto nas estratégias textuais como nos contextos de realização. Em outros, a distância é mais marcada, mas não a ponto de se ter dois sistemas linguísticos ou duas línguas como se disse por muito tempo”.

Por conseguinte, a ideia de arbitrariedade da língua e da fala mostra-se cada vez mais equivocada, principalmente para Bagno (2011), “A ideia de que é possível livrar a escrita das “interferências” da fala é uma contradição em termos e, como tal, inalcançável, fadada ao fracasso.” (Bagno, 2011: 78) Logo, é um erro colocar que uma das modalidades é subjacente à outra, assim como a fala não representa propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. “Postular algum tipo de supremacia ou superioridade de alguma das duas modalidades seria uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala é superior à escrita ou vice-versa.” (Marcuschi, 2007: 35)

Observada sob esse ponto de vista mais central da realidade humana, indistintamente, todos os povos têm ou tiveram uma tradição oral, mas relativamente poucos tiveram ou têm uma tradição escrita e, nesse sentido, seria possível definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve. “Entretanto isso não significa que a oralidade seja superior à escrita, nem traduz a convicção, hoje tão generalizada quanto equivocada, de que a escrita é derivada e a fala é primária.” (Marcuschi, 2007: 17). Esse equívoco que é devidamente esclarecido por Bagno (2011: 78):

“Língua falada e língua escrita não são dois universos distintos, mas modalidades de usos que se interconectam, se influem mutuamente, se mesclam. A única e verdadeira diferença entre fala e escrita são as condições de produção e de edição de cada modalidade: a fala é produzida e editada em tempo real, no momento mesmo da interação, enquanto a escrita permite correções e emendas antes de ser publicizada”.

O autor continua sua análise sobre essas duas modalidades de usos de uma mesma e única língua, destacando a importância das novas tecnologias de comunicação e das multimídias, na se tipificam pela nítida aproximação da fala e da escrita (Bagno, 2011: 78):

“Com as novas tecnologias de comunicação, fala e escrita passam a ter os mesmos recursos semióticos, graças ao desenvolvimento das multimídias. Com isso, os gêneros discursivos se tornam cada vez mais híbridos semioticamente, com interpenetrações profundas entre fala e escrita”.

Observa-se que a língua mantém complexas relações com as representações e as formas sociais, seja a língua na sua modalidade escrita ou falada, e essas sempre refletiram as organizações sociais e, ao longo do tempo, alimentou e ainda alimenta discussões, cada vez que a fala e a escrita passam a ser restritas apenas ao plano do código. Ao analisarmos um quadro, onde se estabelecem as diferenças na perspectiva da dicotomia, polarizando as duas modalidades da língua (fala versus escrita), tem-se essa posição dividida em dois blocos distintos, e constatamos que as opiniões assumem perspectivas diferenciadas. Segundo Marcuschi (2007: 27):

“De um lado, temos autores linguistas como Bernstein (1971), Labov (1972), Halliday (1985), numa primeira fase, Ochs (1979), representantes das dicotomias mais polarizadas e visão restrita. De outro lado, temos autores como Chafe (1982, 1984, 1985), Tannem (1982, 1985), Guperz (1982) Biber (1986, 1995), Blanche-Benveniste (1990), Halliday/Hasan (1989), que percebem as relações entre fala e escrita dentro de um contínuo, seja topológico ou de realidade cognitiva e social.”

Registramos, abaixo, quadro das dicotomias estritas, que divide a fala e escrita em dois blocos distintos, (Marcuschi, 2007, p. 27):

**Quadro 1.** Dicotomias estritas.

---

<b>Fala</b>	<b>Versus</b>	<b>Escrita</b>
Contextualizada		Descontextualizada
Dependente		Autônoma
Implícita		Explícita
Redundante		Condensada
não planejada		Planejada
Imprecisa		Precisa
não normatizada		Normatizada

---

Marcuschi (2007) explica que, as dicotomias estritas, ao nomear a escrita como modelo de padrão linguístico, cria uma única norma a ser seguida, a norma culta. (Marcuschi, 2007: 27). Nesse caso, trata-se de uma análise que se volta para o código e permanece na imanência do fato linguístico. Esta perspectiva, na sua forma mais rigorosa e restrita, tal como vista pelos gramáticos, deu origem ao prescritivismo de uma única norma linguística tida como padrão e que está representada pela denominada norma culta.

Marcuschi (2007) ainda aponta para o fato de as dicotomias estritas relegar à fala um papel secundário ao sistema: um lugar onde se situa o erro e o caos gramatical. E segue o autor dizendo, que tal modelo é muito difundido nos manuais escolares. (Marcuschi, 2007: 28). Portanto, a perspectiva da dicotomia estrita oferece um modelo muito difundido nos manuais escolares, que pode ser caracterizado como a visão imanentista que deu origem à maioria das gramáticas pedagógicas que se acham hoje em uso. Sugere dicotomias estanques com separação entre forma e conteúdo, separação entre língua e uso e toma a língua como sistema de regras, o que conduz o ensino de língua ao ensino de regras gramaticais.

Marcuschi (2007), no decorrer da obra, apresenta outras perspectivas que ocorrem entre a fala a escrita, como: a tendência fenomenológica de caráter culturalista (págs. 28-31), tendência variacionista (págs. 31-32), e por fim, uma tendência sociointeracionista (págs. 32-35). Dentre essas variações optamos pela perspectiva variacionista, por representar uma visão mais intermediária das modalidades da língua, quando “Neste paradigma não se fazem distinções dicotômicas ou caracterizações estanques, verifica-se a preocupação com regularidades e variações.” (Marcuschi, 2007: 31)

Reproduzimos, abaixo, o quadro de perspectiva variacionista, onde não se faz distinção entre fala e escrita, mas observam-se variedades linguísticas distintas. (Marcuschi, 2007: 31):

### **fala e escrita apresentam**

língua padrão	variedades não padrão
língua culta	língua coloquial
norma padrão	normas não padrão

---

As variações ocorridas na fala e na escrita, segundo a proposta registrada no quadro acima, evitariam uma padronização da língua tendenciada à língua escrita. Segundo Marcuschi (2007: 32) “O interessante nesta perspectiva é que a variação se daria tanto na fala como na escrita.”. Fato ou situação que evitaria o equívoco de identificar a língua escrita com a padronização da língua, ou seja, impediria identificar a escrita como equivalente à língua padrão, como fazem os autores situados na perspectiva da dicotomia estrita.

### **1.3.2 A Polarização do Português Brasileiro**

Considerada pelos estudos acima registrados, que atribuem relevo a uma posição sociolinguística para tematizar as línguas humanas, o PB neles se situa, por um lado, por variedades urbanas de prestígio — norma culta — herdeiras das variedades do português europeu. Trata-se de usos herdados do colonizador ou elite europeia, transmitidos aos seus descendentes de geração a geração. Por outro lado, têm-se as variedades rurais e urbanas, também denominada norma popular: aquelas estigmatizadas pelos usuários das variedades urbanas de prestígio, empregadas pela maioria dos brasileiros.

Essa polarização é explicada pela formação social do Brasil e, conseqüentemente, explicada ao longo do processo de formação linguística do PB que, segundo Bagno (2011, 248):

“[...] as variedades que compõe a norma popular são o prosseguimento do português adquirido de forma irregular pelos escravos, mestiços e seus descendentes, reestruturado em seus grandes traços morfossintáticos e possivelmente fonológicos; as variedades que compõem a norma culta são a continuação do português empregada pelas elites brancas urbanas, sempre tendo como modelo a norma de prestígio de Lisboa”.

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, o cenário de polarização, antes centradas na oposição entre cidades vs. campo, começa a tomar novos rumos, agora se transfere para as relações que ocorrem entre as camadas sociais presentes nas áreas metropolitanas, iniciada por um intenso processo de urbanização da população brasileira. Essa frenética e caótica urbanização causou o inchaço dos grandes centros que, não suportando a intensidade do êxodo rural, passa a distribuir essa nova população para áreas periféricas das cidades. As favelas e periferias se tornaram o ambiente mais importante de cultivo e preservação da norma popular brasileira. Esse novo cenário responsável por maior grau de nivelamento sociolinguístico da sociedade brasileira contemporânea, pode ser assim sintetizado (Banho, 2011: 248-250):

- a difusão maciça das tecnologias de comunicação, com destaque especial para a televisão, que chega a mais de 90% dos lares brasileiros e, como se sabe, a televisão foi um meio empregado especialmente pela ditadura militar (1964-1984) para promover a integração da população, reduzir distâncias, difundir a ideologia oficial e incentivar o consumo. Com isso, a programação televisiva, produzida integralmente nos grandes centros urbanos, se tornou um agente de difusão das normas urbanas de prestígio, principalmente das variedades carioca e, mais tarde, paulistana. É na televisão, especialmente nos telejornais, que podemos localizar uma espécie de pronúncia padrão brasileira. O mesmo vale para o rádio;
- a massificação do ensino público: a urbanização repentina provocou a chamada “democratização” do ensino, que representou de fato uma expansão quantitativa do universo escolar e uma igual deterioração qualitativa da educação e das condições de ensino-aprendizagem, acompanhada da progressiva depreciação da docente. Essa educação pública, ainda que reconhecidamente ruim, permitiu o acesso de um número cada vez maior de pessoas às instâncias e aos agentes de letramento. Nesse processo, o contato com as normas urbanas de prestígio, representadas principalmente nos textos destinados à leitura,

presentes nos materiais didáticos, levou à aquisição de traços de prestígio por parte das camadas mais desfavorecidas da população urbana;

- a deterioração da profissão docente fez ela ser abandonada pelas camadas médias e altas da sociedade, usuárias das normas urbanas de prestígio. Aos poucos, a docência passou a ser exercida majoritariamente por professoras e professores vindos das classes C, D e E. Com isso, o projeto ideológico da escola (suposto mas, de fato, jamais cumprido) de transmitir e inculcar o “bom português” se dissolveu quase completamente, uma vez que a antiga separação social entre docente falante de norma culta e aprendiz falante de norma popular desapareceu, em favor de uma presença maciça das variedades populares no ambiente escolar, usadas pelos aprendizes, pelos docentes e pelos demais agentes educacionais;
- a redemocratização da sociedade, a partir dos anos 1980, e a progressiva participação do Brasil nas engrenagens da assim chamada “globalização”. Aos poucos se instaura no Brasil, grupos sociais cada vez mais amplos, a tendência ideológica rotulada de “pós-moderna”, que enfatiza o papel da linguagem, das relações de poder e das motivações individuais, combatendo em particular as classificações e divisões estanques e rígidas como masculino/feminino, heterossexual/homossexual, negro/branco, certo/errado etc. É claro que isso não elimina o forte preconceito linguístico que sempre caracterizou as relações sociais no Brasil, mas pelo menos tornou-o evidente e suscitou críticas e denúncias dessa discriminação social por meio da linguagem;
- mais recentemente, a ascensão da chamada “nova classe média”, composta pelos cidadãos das classes C e D que, progressivamente, vêm se inserindo no mercado de consumo, alcançando a educação de nível superior, conquistando acesso a bens e serviços até então reservado às camadas privilegiadas (aquisição da casa própria, turismo internacional, viagens de avião, telefonia móvel e fixa, televisão paga,

automóvel novo, internet etc.). Essa nova classe média sem dúvida vai levar para o topo da pirâmide social brasileira as formas linguística “populares”, fazendo emergir aos poucos uma nova norma urbana culta, bastante diferente daquela que os pesquisadores brasileiros registraram no início dos anos 1970 para compor os dados do projeto NURC.

As considerações feitas por Bagno (2011) demonstram as complexas mudanças sociais ocorridas no ambiente urbano e que, aos poucos, transformaram o cenário sociolinguístico ocupado pelo brasileiro. As normas urbanas populares adquirem, nesse novo cenário, agora com mais força avançam em direção às camadas economicamente superiores da população, e assim sendo, que o modelo linguístico usado por essas camadas, a “norma culta”, passa a ser utilizado também pelos cidadãos de menor poder aquisitivo e de acesso limitado à educação formal.

## 2. A LÍNGUA PORTUGUESA — ENTRE O PASSADO E O PRESENTE A LÍNGUA FALADA PELOS BRASILEIROS

### 2.1 Considerações Iniciais

A Língua Portuguesa é – dentre a língua romena, a italiana, a francesa e a espanhola - uma língua românica, cuja identidade histórica tem a língua latina da antiga região italiana do Lácio, como fundação e o Império Romano como fundamento capaz de explicar a sua propagação pela Europa Ocidental, onde se situa a Península Ibérica, hoje ocupada pelo Estado Português e pelo Espanhol, visto ser ela a língua falada e adotada por esse mesmo Império. Herdeira da língua latina ela carrega consigo a história da invasão da Grécia pelo Império Romano, nas páginas da própria gramática latina que tomou a gramática grega como modelo e, por ela, adequou as categorias gramaticais do latim àquelas do grego.

Assim procedendo, os latinos puderam impor a língua de seus imperadores e do seu povo como aquela a ser aprendida e ensinada a todos os povos que ocupavam os territórios por eles invadidos e ocupados, ao longo de vários séculos (218 a 201 a.C), de modo a assegurar grau de veracidade à seguinte tese: “a língua é a fiel companheira do império”, onde o império está e quer nele se estabelecer e se manter, deve ensinar aos vencidos a língua do vencedor. É ao longo desses dezessete séculos que os povos dessa região peninsular da Europa aprendem a escrever e a ler em língua latina por meio da sua gramática e de seu dicionário – aqueles que tiveram acesso às escolas da época – e com essas duas tecnologias também aprenderam a lição de como proceder para colonizar, pois dela fizeram uso ao descobrir, tomar posse e transformarem a América Latina e a Central, em terras de colonos. Portanto, a língua portuguesa europeia foi a fiel companheira do Estado Português Europeu em terras do “além-mar”.

Nesse contexto do longo tempo, a língua que os brasileiros aprenderam e da qual, hoje, fazemos inúmeros e variados usos se originou do latim vulgar, o *sermo vulgaris*<sup>2</sup>, falado na parte ocidental da península Ibérica. A sua difusão se deu em

---

<sup>2</sup> Em latim, *sermo vulgaris* significa “expressão ou linguagem comum, trivial, corriqueira”. Era a linguagem falada pelos plebeus (e também por todos os segmentos da sociedade romana em situações cotidianas) em oposição à linguagem escrita pelos patrícios. A dialeção do termo *sermo*

função da expansão colonial no século XV e XVI, quando os portugueses chegaram a regiões da África, Ásia e América do Sul. Segundo Dalefi (2008: 70-71) “embora os romanos falassem a língua latina e os ibéricos houvessem aprendido essa língua por uma de suas variedades de uso, o “*sermo vulgaris*” fora reinterpretado, após os séculos de colonização pelos povos peninsulares e sofrera vários processos de reinterpretações”. Assim, é ao português arcaico a que faremos referência para tratar do tema dessa Monografia, ou seja, ao *sermo vulgaris* recontextualizado e reinterpretado pelos matizes da cultura de outros povos que habitavam a referida Península europeia, por um lado. Por outro, em terras do Brasil, essa mesma modalidade de uso arcaico sofrerá reinterpretações e recontextualizações pelos matizes da cultura indígena e dos africanos de que resultará o “idioma português do Brasil”.

Nessa acepção, ao longo desse 2º. Capítulo, buscaremos tratar do português arcaico por uma perspectiva histórica capaz de orientar a compreensão das origens dessa variante da língua latina e, sem fazer história, pontuar diferenças entre essa variante e o português do Brasil. Por essas diferenças, situaremos as semelhanças entre os usos dos pronomes enclíticos herdados da língua do colonizador e mantidos no português do Brasil e, avançando na linha do tempo, verificaremos as diferenças entre os usos desses mesmos pronomes no português ibérico dos tempos modernos. Os parâmetros para essa comparação serão as regras descritas pelos gramáticos brasileiros e pelos portugueses. Tomamos como ponto de partida, aspectos que nos pareceram relevantes para favorecer a compreensão das transformações linguísticas de que resultaram o galego-português, tendo por ponto de referência pressupostos teóricos que orientam a compreensão dessas transformações.

---

*vulgaris*, ou latim vulgar, produziu, entre outras formas linguísticas, aquela que viria a ser conhecida como galego-português, falada durante o século XI e XII na região sudoeste da península Ibérica.(Dalefi, 2008: 71)

## 2.2A Formação Idiomática do Português Brasileiro pelo Português Europeu

Na região onde hoje é Portugal, há aproximadamente 10 mil anos viviam como povo autóctone os “*iberos*” – *nome que tem origem basca que faz remissão a “iber”, um topônimo que significa “vale”* de um dos principais rios que cortam a atual região do rio *Ebro*. Durante o século VII a.C., os celtas, tribos originárias do noroeste da Europa, também ocuparam essa mesma região; razão pela qual os historiadores se referem aos celtiberos como habitantes da Península Ibérica, quando por volta do século III a .C. ela será ocupada pelos romanos e, ali, encontraram tenaz resistência dos seus habitantes nativos: os celtas e os ambroilírios.

Resquícios dessa história permanecem no vocabulário geral da língua portuguesa das línguas faladas por esses povos nativos daquela região, dentre os quais estão os de outros idiomas que de alguma forma mantiveram, ou ainda mantêm contato, com a língua portuguesa. Trata-se de processos de lexicalizações por empréstimos e, nesses casos, é possível identificar duas situações: (1) empréstimo por contato direto; (2) empréstimo por contato indireto. O contato direto ocorre quando duas ou mais línguas ocuparam o mesmo território, por exemplo, quando os romanos invadiram a península ibérica, encontraram os celtas e os ambroilírios, cuja cultura foi suplantada pelos romanos. O contato direto ocorre quando um povo culturalmente influente exporta suas palavras, não havendo necessidade de invadir o território do povo afluente, por exemplo, o estrangeirismo. Esses elementos compõem aquilo que se convencionou chamar de substrato, superestrato e adstrato linguístico, segundo Dalefi (2008: 70-71):

O substrato – termo de origem latina que carrega consigo o significado de “por baixo de” - compreende a manutenção de formas vocabulares da língua falada por um povo que, geralmente é aquela desaparecida ou substituída, num determinado território conquistado por povo de outra comunidade linguística. O substrato assegura a base linguística e permanece como resíduo, mesmo após várias transformações desencadeadas pela língua do invasor. Os traços deixados

por essa língua de origem acabam influenciando alguns elementos da nova língua que se impõe. Assim, por exemplo, o celtibero é substrato que permanece na língua do povo conquistador adotada pelo povo conquistado. É nesse sentido que o termo “pipoca” que no tupi significam “pele que estoura”, quando não estouram, são piruás possibilita identificar um dos substratos da cultura indígena no léxico do português do Brasil.

O superestrato – termo de origem latina que carrega consigo o significado de “por cima de” – tem por referência a língua falada pelo povo conquistado que se manifesta, durante certo período, de forma dinâmica e abrangente no território de outra língua da comunidade conquistada, sem que ocorra, porém, uma substituição do idioma local ou original. Entretanto, com o passar do tempo, o superestrato vai reduzindo sua influência sobre a língua local e, ainda que certos traços linguísticos permaneçam na língua do povo conquistado, mas esse idioma, na condição de estrutura autônoma, tende a desaparecer naturalmente. O povo conquistador, por fim, acaba adotando a língua - agora enriquecida pelo superestrato - do povo vencido.

Adstrato – termo de origem latina que carrega consigo o significado de “estendido ao lado” - tem por referência a língua ou variante dialetal falada num território vizinho ou próximo àquele em que se fala outra língua (local ou regional). Sua característica principal está no fato de que aquela do território vizinho acaba influenciando o idioma local em praticamente todos os campos das realizações linguísticas, ou seja, a fonética, a sintaxe e o léxico. Nesse caso, por exemplo, é o que ocorre com o Inglês, em razão de fatores políticos, socioeconômicos e principalmente com o advento dos novos meios tecnológicos de informação e difusão, em que a língua inglesa desempenha o papel de adstrato para centenas de comunidades linguísticas espalhadas pelo globo, mesmo as mais distantes ou mais afastadas geograficamente, alimentando-as constantemente com empréstimos e neologismos.

O contato direto ocorre quando um povo culturalmente influente exporta suas palavras, não havendo necessidade de invadir o território do povo afluente, por exemplo, o estrangeirismo.

Nesse sentido, o contato direto entre os soldados e funcionários da administração das instituições do Império Romano, naquela península responderia

pela difusão da *sumo vulgaris* ou latim vulgar e, ao mesmo tempo, pela recontextualização e reinterpretação do léxico e da sintaxe dos falares dos povos peninsulares pelo léxico e sintaxe da língua latina. Essas forças desencadeadas por movimentos transformadores “de cima para baixo”, “de baixo para cima” e “para os lados”, resultam no “galego português”: um produto dessas ações transformadoras, a que Cosseriu denominou *adstrato*, *superestrato* e *substrato*.

### 2.30 GALEGO-PORTUGUÊS E A FORMAÇÃO DE PORTO CALE: Marco Original do Português do Brasil

O galego – língua falada pela população da região da Galiza, situada a noroeste da península Ibérica – era língua de comunicação quando Portugal se tornou reino independente, entre os séculos XII e XIV e o castelhano influenciava fortemente a língua galega; daí a expressão composto galego-português. Sua localização afastada dos centros políticos, econômicos e culturais do resto da Espanha, tornara a Galiza a região mais pobre e menos desenvolvida do país, de modo que sua população e sua língua viveram marginalizadas e sempre sofreram forte discriminação por parte dos demais povos que habitam a Espanha. Essa fronteira política e também linguística gerou, “por parte dos portugueses (...) um antigo preconceito contra estrangeiros que, no Brasil, gerou outro preconceito, desta vez contra os próprios portugueses” (dicionário Houaiss).

Bagno (2011), afirma sobre a marginalização do galego, “Não seria digno de um povo soberano e conquistador, responsável pelas aventuras marítimas que revelaram o resto do mundo aos europeus, ter como ancestral uma língua sem prestígio”. Portanto é incorreto afirmar que o português vem do latim. Continua o autor, “O português vem do galego – o galego, sim, é que representa a variedade de latim vulgar que se constituiu na Gallaecia romana e na Galiza medieval”. (Bagno, 2011: 224).

Embora o galego-português tenha se distanciado um pouco do que hoje entendemos como idioma português, as semelhanças são muitas, tanto na estrutura sintática, quanto na morfologia e na fonética. Algumas diferenças ocorrem principalmente no campo da realização dos fonemas, conforme abaixo registrado, sobre suas semelhanças e diferenças com o Português contemporâneo, afirma Dalefi (2008: 70-71) sobre tais semelhanças e distanciamentos, a saber:

- Na fala atual do galego, a constrictiva alveolar sonora /z/ e a constrictiva palatal sonora /j/, que ocorriam no galego-português, praticamente não existem mais.

xarnais – filoloxía – hoxe – rexistrado – xuntanza – xeito – proxeto

- Ainda que se nasalize a vogal quando anterior ou posterior a uma consoante nasal, não ocorre oposição entre vogais orais e nasais, como ocorria no período medieval, nem ditongação, como acabou ocorrendo com o português do Brasil.  
aparición – normalización – irmán – razón – realización – tam
- Há atualmente ainda muitos vocábulos com formas arcaicas, ou que trazem elementos do galego-português medieval.  
dous – cousa – persoas – non – polo – pero – crear – fundaçom
- Onde em português se ouve apenas /u/, mantiveram-se ou estabeleceram-se em algumas palavras os ditongos /ui/ e /oi/.  
fruito – luita – escuitar
- Como costuma ocorrer também em algumas regiões de Portugal, principalmente no norte, a constrictiva labiodental sonora /v/ soa como a bilabial oclusiva sonora /b/.  
Vida [bida] – viu [biw] – vinte [binte]

É importante ressaltar que quanto à colocação dos clíticos, o galego não conhece a mesóclise - colocação do pronome no meio do verbo - essencialmente no português clássico. Por exemplo, a palavra *publicar* na terceira pessoa no futuro do presente, *publicar-se-á*, ou no futuro do pretérito, *publicar-se-ia*. No galego, entretanto, os clíticos, quando usados em formas verbais flexionadas no futuro do indicativo e no futuro do pretérito, essas formas pronominais são empregadas depois do verbo. Neste caso, Afirma Bagno (2011: 228) “o verbo publicar é assim registrado: *publicarase* e não *publicará-se*”.

Observa-se que devido ao fato de a mesóclise estar em desuso, as grandes empresas jornalísticas, desse nosso tempo moderno, já excluíram-na há algum tempo de suas salas de redação. A estranheza causada pelo uso da mesóclise, sobretudo no PB, e o patrulhamento das gramáticas à próclise, é comum nos filmes legendados encontrarmos ênclises como *Falarei-te*, *Traria-lhe* etc. Numa gramática tradicional é terminantemente proibida a ênclise com verbos flexionados nos tempos

futuros do indicativo; razão do uso referente à colocação natural que incidiria sobre a próclise: *Te falarei, Lhe traria*.

### **2.3.1 O Uso do Pronome Átono Clítico na Lírica e na Prosa do Português Arcaico**

Ressaltamos que, no século XIII, o galego-português gozava de grande prestígio na Península Ibérica, comprovado pelo seu prestigioso uso na prosa de cavalaria e na lírica trovadoresca, pois essa variante era a modalidade de uso linguístico empregada na corte de Galiza, Leão e Castela. Nesse sentido, justificamos por um lado, a seleção do corpus que submetemos a análises para pontuar a colocação dos pronomes oblíquos átonos no PE, nas obras referentes à produção textual da lírica trovadoresca e da prosa de cavalaria, que serão apresentadas, nos itens abaixo registrados, delimitadas ao período histórico denominado, português arcaico, a saber, do século XII ao Século XV.

#### **2.3.1.1 Usos do Clítico na Lírica Trovadoresca**

A poesia lírica trovadoresca compreende modelos de composições poéticas classificados pelos estudiosos da literatura como cantigas de amor e cantigas de amigo; já a poesia satírica compreendia composições expressas pelas cantigas de escárnio e as de maldizer. Moisés (2006, p. 19) afirma para seus leitores que “O poema recebia o nome de “cantiga” (ou ainda de “canção” e “cantar”) pelo fato de o lirismo medieval associar-se intimamente com a música: a poesia era cantada, ou entoada, e instrumentada.” Letra e pauta formavam um corpo único, moldado e cantado em galego-português, em virtude da então unidade linguística entre Portugal e a Galiza.

As análises tiveram como ponto de partida as composições do Rei- Trovador D. Dinis, conforme textos, abaixo registrados:

#### **A - Cantiga**

Hun tal home sei eu, ai bem talhada,

Que por vós ten a as morte chegada;  
 Vede quem é e seed' em nenbrada;  
 eu, mia dona.

Hun tal home sei eu que preto sente  
 de si morte chegada certamente;  
 vede quem é e venha-vos en mente;  
 eu, mia dona.

Hun tal home sei eu, aquest' oide:  
 que por vós murr' e vo-lo em partide,  
 vedes quem é e non Xe vos abride;  
 eu, mia dona.

(in: (J.J. Nunes, *Cantingas d' Amor*, Coimbra, Im- Prensa da Universidade, 1932, pp. 93-94 – apud (Moisés, 2006: 24-25.):

a.1) Observa-se que:

a.1.1) foram encontrados dois pronomes enclíticos empregados pelo rei trovador, ao longo da sua da sua cantiga (cf. grifos de autoria do investigador) - *vede quem é e venha-vos en mentel/ vedes quem é e non Xe vos abride* ('setimo e décimo versos) – quando o pronome *vos* vem precedido, além da conjunção coordenativa, dá partícula atratora *não* que o antecede. Esse uso é, hoje, previsto como regra gramatical por nossos gramáticos normativos. .

## **B - Cantiga**

Quer' eu em maneira de proença  
 fazer agora hum cantar d' amor  
 e querei muit' i loar mia senhor,  
 a que prez nem fremosfera non fal,  
 nen bondade, e mais vos direi en:  
 tanto a fez Deus comprida de ben  
 que mais que todas lãs do mundo val.

Ca mia senhor quisso Deus fazer tal  
quando a fez, que a fez sabedor  
de todo ben e de mui gran valor  
e con todo est' é mui comunal,  
ali hun deve; er deu-lhe bom sem  
e dê*s* i non lhe fez pouco de ben,  
quando non quis que lh' outra foss' igual.

Ca em mia senhor nunca Deus pôs mal,  
mas pôs i prez e beldad' e loor  
e falar muit bem e rir melhor  
que outra mulher; dê*s* i é leal  
muit', e por esto non sei oj' eu quen  
possa compridamente no seu bem  
falar, ca non há, tra-lo seu ben, al.

(Idem, ibidem, pp. 140-141.)

b.1) Observa-se uma marcada tendência ao uso da próclise dos pronomes átonos; no entanto, esse uso ocorre devido:

b.1.1) às partículas atratoras **não** e **que** e as partículas adverbiais: **mais**, **quando** e **tanto**, conforme versos acima grifados, todavia,

b.1.2) no décimo segundo e vigésimo primeiro versos já não ocorrem tais marcas atratoras, mas mesmo assim o rei trovador mantém o uso dos pronomes átonos em posição enclítica, à semelhança dos usos apontados em b.1.1 – fato que indicia que esse uso não está orientado pela presença ou ausência de marcas atratoras.

Os resultados, acima considerados, orientou a busca em “cantigas de amigo”, a saber, do trovador Aira Nunes. (Moisés, 2006: 30-31.):

### C - Cantiga de Amigo

Oi' oj' eu uma pastor cantar  
du cavalgava per uma ribeira,

e a pastor estava i senlheira,  
 e ascondi-me póla ascuitar  
 e dizia mui bem este cantar:  
 “So ló ramo verde frolido  
     vodas fazen a meu amigo  
     e choram olhos d’ amor.”

E a pastor parecia mui bem  
 E chorava e estava cantando  
 E eu mui passo fui-me achegando  
 Póla oi’r e sol non falei rem,  
 e dizia este cantar mui bem:  
 “Ai estorninho do avelanedo  
     Cantades vós e moiro eu e peno:  
     e d’ amores ei mal.”

E eu oi’-a sospira enton,  
 e queixava-s’ estando com amores  
 e fazi’ uma guirlanda de flores,  
 dê s i chorava mui de coração  
 e dizia este cantar enton:  
 “Que coita ei tan grande de sofrer:  
     amar amigu’ e non ’ ousar veer!  
     e pousarei so l’ avelanal.”

Pois que a guirlanda fez a pastor,  
 foi-se cantand’, indo-s’ en manselinho,  
 e tornei-m’ eu logo a meu caminho,  
 ca de a nojar non ouve sabor,  
 e dizia este cantar bem a pastor:  
 “Pela ribeira do rio cantando  
     la La virgo d’ amor: que amores  
     á como dormirá, ai bela frol!”

(Airas Nunes, *ibidem*, pp. 233-234.)

c.1) Observa-se que nessa poesia trovadoresca de Aira Nunes, conforme grifos no texto de responsabilidade desse pesquisador, foram identificados seis usos de pronomes átonos:

c.1.2) três deles em início de oração;

c.1.3) e quatro no meio de oração. Ficou clara a predominância da ênclise na obra do poeta.

A reiteração do uso da próclise, comprovada em cantigas de amigo, apontava que a preferência do mesmo ultrapassava os limites por meio dos quais os estudiosos da literatura as diferenciam entre si – as de amor são de origem francesa; as de amigo são próprias da Península Ibérica portuguesa. Assim, as análises foram estendidas para aquelas do gênero satírico, razão de o texto abaixo se qualificar como “poesia satírica, de Pêro Garcia Buralês”. (Moíses, 2006: 33-34.):

#### D - Cantiga Satírica

Rui Queimado morreu con amor  
 en seus cantares, para Sancta Maria,  
 por ùa dona que gran ben queria,  
 e, por se meter por mais trobador,  
 porque lh' ela non quis [o] bem fazer,  
 fez-s' El em seus cantares morrer,  
 mas ressurgiu depois ao tecer dia!

Esto fez El por ùa as senhor  
 que quer gran ben, e mais vos en diria:  
 porque cuida que faz i maestria,  
 e nos cantares que fez a sabor  
 de morrer i e desi d'ar viver;  
 esto faz El que x' o pode fazer,  
 mas outr' omen per ren non [n] o faria.

E non há já de as morte pavor,  
 senon as morte mais La temeria,  
 mas sabe ben, per as sabedoria,  
 que viverá, dê s quando morto for,  
 e faz-[s']en seu cantar morte prender,  
 desi ar viver: vede que poder  
 que lhi Deus deu, mais que non cuidaria.

E, se mi Deus a mim desse poder,  
 Qual oi' El há, pois morrer, de viver,  
 jamais morte nunca temeria.

(J.J. Nunes, *Crestomatia Arcaica*, 3ª ed., Lisboa, Clássica, 1943, p. 400.)

d.1) observa-se, na cantiga de Pêro Garcia, o uso de dois casos do pronome enclítico: d.1.1) no sexto e décimo nono versos da lírica trovadoresca. Nela também foi possível identificar:

d.1.2) três casos de próclise: o primeiro, ocorre no quarto verso; o segundo e o terceiro, no quinto e no vigésimo primeiro versos da cantiga, respectivamente. Esses usos despertam a nossa atenção pelo fato de essas construções, no português arcaico, estarem muito próximas àquelas usadas no PB, nos dias atuais, segundo afirma Bechara (2009: 590): "Com mais frequência ocorre entre brasileiros, na linguagem falada ou escrita, o pronome átono proclítico ao verbo principal, sem hífen."

d.1.2.1) outra construção que nos chama a atenção é a ocorrência de dois casos de apossíclise no quinto e no vigésimo segundo verso da lírica. Mas, é no décimo quarto verso, que temos um caso de próclise pelo atrator negativo "não", comum em nossa gramática.

Intensificamos a busca, selecionando mais um texto sobre cantigas as trovadorescas, mas de um outro autor compositor: João Garcia de Guilhade (cf. in: (Moíses, 2006: 36): conforme abaixo registrado:

**E-** Cantiga Satírica

Hun infançon me-á convidado  
 que seja seu jantar loado  
 por mi, mais non no ei guisado  
 e direi-vos por que me-aven,  
 ca ia dêś antan' ei jurado  
 Que nunca diga de mal ben.

Diss'el: "poi' ló jantar foi dado,  
 load' este jantar honrado":  
 dix' eu: "faria-o de grado,  
 Mais jurei antan' em Jaen,  
 na oste, quando fui cruzado,  
 que nunca diga de mal bem"

([João] Nunes [Camanês]?, J. J. Nunes, *Cres-  
 tomatia Arcaica*, p. 395.)

e.1) Observa-se, na cantiga acima, o uso de construções não mais empregadas no PB, a saber:

e.1.1) no primeiro e no quarto versos, verifica-se a ocorrência de próclise marcada por hífen - construção que não mais se faz presente no PB; entretanto: e.1.2) nos demais usos é possível identificar duas ocorrências de ênclise em início de oração: a primeira ocorrência no quarto verso da primeira cobra e a segunda no terceiro verso da segunda cobra.

Fechamos as análises sobre usos dos clíticos na lírica trovadores retomando as cantigas de amor, mais especificamente, com a cantiga de amor "Ribeirinha", também chamada de "Cantiga de Guarvaia" do trovador Paio Soares de Taveirós, dedicada a Maria Pais Ribeiro, uma das amantes de d. Sancho I que, conforme Moisés ( cf. 2006: 20), inaugurou a primeira época da história da Literatura Portuguesa, no século XII.

**F - Cantiga**

No mundo não me sei parelha,  
 Mentre me for como me vai,  
 Ca já moiro por vós — e ai!  
 Mia senhor branca e vermelha,  
 Queredes que vos retraia  
 Quando vos eu vi em saia!  
 Mau dia me levantei,  
 Que vos enton não vi fea!  
 E, mia senhor, dês aqel di', ai!  
me foi a mi mui mal,  
 e vós, filha de don Paai  
 Moniz, e bem vos semelha  
 d' haver eu por vós guarvaia,  
 pois eu, mia senhor, d' alfaia  
 nunca de vós houve nen hei  
 valia d'ũa correa.  
 (Cancioneiro da Ajuda, ed. cit.,  
 vol. I, p. 82, cantiga 38.)

f.1) Observa-se os seguintes casos de colocação dos pronomes oblíquos átonos:

f.1.1) todos eles são anteposto ao verbo, distribuídos em, seis casos de próclise em meio de oração, devido aos atratores;

f.1.2) dois casos de apossínclise e um caso de próclise em início de oração - *me foi a mi mui mal* - encontrado no décimo verso da lírica, ou como certos termos técnicos da poética empregada, segundo Moisés (2006: 20), "[...] o segundo verso da segunda cobra [...]"

### 2.3.1.2 O Uso do Pronome átono Clítico na Prosa do Português Arcaico

As composições textuais sob a forma de prosa, em galego-português, têm as canções de gesta como ponto de referência da literatura medieval europeia, inscritas apenas nos registros da memória e expressas em língua oral, sob a forma de canto. Segundo seus estudiosos, ao serem prosificadas, não só deixaram de ser cantadas

e, embora propagadas sob a forma de língua escrita, tornaram-se difíceis de serem memorizadas em língua escrita, visto que o número de leitores no período medieval era pouco significativo. Nesse sentido, elas dependiam de leituras oralizadas e realizadas por leitores proficientes, na esfera do espaço da vida pública ou privada daquela época. Outra referência significativa desse processo de transmutação entre essa forma poética de verso em prosa é o fato de ter sido esse um recurso de que a Igreja se valeu, para propagar a fé e a moral cristã, entre a população medieval, ou seja, cristianizar as novelas de cavalaria. Traduzidas da língua francesa para o galego português, a princípio, elas passaram a circular entre os fidalgos portugueses no século XIII; razão pela qual não havia novela de cavalaria de origem próprias ou específicas da literatura portuguesa, mesmo sob a forma oral. Dentre as mais significativas dessas novelas, situam-se a Demanda do Santo Graal e a de Amadis de Gaula, cujas traduções melhor representam de forma mais significativa os matizes da cultura portuguesa desse período.

Nesse contexto, a seleção do corpus para análises sobre usos da forma pronominal clítica na prosa trovadoresca teve por ponto de referência a Demanda do Santo Graal, cuja síntese foi, abaixo, registrada e a ela se seguem os fragmentos selecionados para análise.

#### A. Síntese da história de **A Demanda do Santo Graal**

A novela inicia-se em Camaalot, reino do Rei Artur. É dia de Pentecostes, e os cavaleiros estão reunidos à volta da "távola redonda". Galaaz chega, ocupa o assento reservado para o "cavaleiro escolhido" e tira a espada fincada no "padrom" (pedra de mármore) que boiava n'água. Durante a refeição, o Graal (cálice com que José de Arimatéia colhera o sangue derramado por Cristo na cruz) perpassa o ar, nutre os presentes com o seu manjar celestial e desaparece. No dia seguinte, após ouvir missa, os cavaleiros saem na "demanda" (procura) do Santo Vaso. Daí por diante, vão-se entrelaçando as várias aventuras, que culminam quando Galaaz é beneficiado com a aparição do Gral enquanto celebra o ofício religioso.

O episódio que se transcreve a seguir corresponde aos capítulos 205-253, intitula-se "A Barca Misteriosa — O torneio Forte e Maravilhoso". (Moisés, 2006: 38-40.), e, a ele, seguem-se outros fragmento enumerados, em consonância com as sequências "a.1" até a sequência " a.X.":

a.1) Quando Boorz se partiu da abadia, ùa voz lhe disse que fosse ao mar, Ca Persival o entendia i. El se partiu ende, assi como o conto o há já desavisado. E quando chegou aa riba do mar, a fremosa nave, coberta de um eixamento branco aportou, e Boorz desceu e encomendou-se a Nostro senhor, e entrou dentro e leixou seu cavalo fora. E tanto que entrou dentro, viu que a nave se partiu tam toste da riba, como se voasse. E catou pela nave e nom viu rem, que a noite era muito escura; e acostou-se ao boordo e rogou a Nostro Senhor que o guiasse a tal lugar u sua alma podesse salvar. E, pois fez as oraçom, deitou-se a dormir. E manhã, quando se espertou, viu na nve uñ cavaleiro armado de loriga e de brafoneiras. E pois o catou, conhecê-o e tolheu logo seu elmo e foi-o logo abraçar e fazer com ele maravilhosa ledice. E Percival foi maravilhado, quando o viu vir contra si, Ca nom podia entender quando entrara na nave. E pero, quando o conheceu, foi tão ledo, que nom poderia chus. E ergueu-se e abraçou-o e recebê-o como devia. E começou o um ao outro a contar de sãs aventuras, que lhes aveerom dês que entraram na demanda. Assi se acharam os amigos na barca que Deus lhes guisara, e atendiam i quais aventuras lhes El quisesse enviar. E Persival disse que lhe nom falecia de sa promessa, fora Galaaz.

a.1) no primeiro parágrafo desse fragmento encontramos vinte e três pronomes oblíquos átonos, sendo:

a.1.1) seis casos de ênclise, em início de oração;

a.1.2) um caso de próclise, em início de oração;

a.1.3) dois casos de ênclise, no meio de oração;

a.1.4) treze casos de próclise no meio de oração;

a.1.5) e um caso de apossínclise, por intercalação da negativa “não” entre o verbo e o pronome – Observa-se que o uso dessa colocação, “apossínclise”, é encontrado preferencialmente no português europeu e, segundo Cunha e Cintra (1985: 305), a sua ocorrência se refere a hábitos linguísticos de que se valem “(...) os escritores do idioma, principalmente os portugueses, inserir uma ou mais palavra entre o pronome átono em próclise e o verbo, sendo mais comum a intercalação da negativa não.” .

a.2) Mais ora leixa o conto falar deles e torna a Gallaz, Ca muito há gram peça que se calou dele. (...):

a.2.1) nessa sequência, tem-se, apenas:

a.2.1.1) a ocorrência de um pronome átono, no meio da oração, devido à partícula atratora *que*, ou seja, o uso da próclise.

a.3) Conta a estória que, poi que o boõ cavaleiro se partiu de Persival e que o livrara dos XX cavaleiros que o perseguiram póla donzela, entrou no grã caminho da fresta e andou pois muitas jornadas, aa vezes açã, aa vezes Alá, assi como a ventura o levava. E pois andou gram peça pelo reino de Logres em muitos lugares u lhe diziam que havia aventuras de acabar, tornou-se contra o mar, assi como as vontade lhe deu.

a.3.1) nesse fragmento, terceiro parágrafo, encontramos:

a.3.1.1) seis pronomes oblíquos átonos: três casos de próclise em meio de oração, dois casos de próclise no final de oração e um caso de ênclise em início de oração, conforme grifos no próprio texto;

a.4) Uum dia lhe aveo que a ventura o levou per ante uõ castelo, u havia uõ torneo forte e maravilhoso; e havia i gram gente da ãa parte e da outra, e dos da Mesa Redonda havia i muitos, uõs que ajudavam os de dentro, e outros os de fora, e nom se conheciam, pólas armas que haviam cambadas. Mais aquela hora que veo i Gallaz, eram os de dentro tam desbaratados, que nom atendiam se morte nom. E Tristam, que a ventura adussera aaqueel torneo e que ajudava os de dentro, sofrera já i tanto que tinha já mui grandes llll chagas, Ca todolos de fora estavam sobre ele polo prenderem, porque viram que era melhor cavaleiro que nẽnhũ dos outros; e nom havia i tal dos outros que lhe tanto mal fizesse como Galvam e Estor, que eram da outra parte, e nom no conheciam, e pero el se defendia tam vivamente, que todos os que o viam eram maravilhados. Gallaz estava já muito preto da porta, e viu ante si uõ cavaleiro mal-chegado, que saíra do torneo e ia fazendo tam gram doo, que nom vistes maior. E Gallaz se chegou\_a ele e perguntou-o porque fazia tam gram doo:

— Por quê? disse el: polo milhor cavaleiro do mundo, que vejo morrer per grã maa-ventura, ca todo mundo é contra el, assi como veedes, e ainda nom quer leixar o torneo.

— E qual é? Disse Galaaz.

E el lho mostrou.

— Por Deus, disse Galaaz, verdadeiramente, el é mõi boõ cavaleiro. Assi Deus vos salve, dizede-me como há nome.

— Senhor, disse el, há nome dom Tristam.

— No nome de Deus, disse Gallaz, eu o conhosco mui bem. Ora me terriam por mau, se o nom fosse ajudar.

a. 4.1) esse fragmento registra quatorze pronomes oblíquos átonos, distribuídos da seguinte forma:

- a.4.1.1) quatro casos de próclises, em início de oração;
- a.4.1.2) dois casos de ênclise, também em início de oração;
- a.4.1.3) um caso de próclise; no final de oração;
- a.4.1.4) seis casos de próclise no meio de oração;
- a.4.1.5) e, por fim, um caso de apossíclise pelo atrator “não”.

a.5) *Entom se correr a eles e meteu Gilflet em terra; dê*s* i, Estor; dê*s* i, Sagramor; dê*s* i, Lucam. E depois que lhe quebrou a lança, meteu mão aa espada, como aquel que se sabia bem dela ajudar, e meteu-se u era a maior pressa, e começou a derribar cavaleiros e cavalos, e fazer tam gram maravilha de armas, que quantos o viam se maravilhavam em. E Galvam disse a Estor e aos outros seus companheiros que já calvalgarom:*

*— Por esta cabeça, este é Galaz, o boõ cavaleiro. Ora será fol quem no mais atender, ca a seu golpe nom pode durar arma.*

a.5.1) encontramos ao longo desse fragmento, no quinto parágrafo, seis pronomes oblíquos átonos, sendo:

- a.5.1.1) quatro casos de próclise em meio de oração;
- a.5.1.2) um caso de próclise no final de oração;
- a.5.1.3) e um caso de ênclise em início de oração.

a.6) *E el isto dizendo, aveo que chegou Galacaz a ele, assi como a ventura o trazia, e deu-lhe ãa cuitalada, que lhe talhou o elmo e ao almofre e o coiro e a carne atee o texto, mais aveo-lhe bem que nom foi chaga mortal. E Galvam, que bem cuidou a seer morto, leixou-se cair em terra. E Gallaz, que nom pôde ter seu golpe, alcançou o cavalo pelo Arcom de ante, assi que o talhou per meo das espáduas, e o cavalo caiu morto a-cabo seu senhor.*

a.6.1) ao longo desse sexto parágrafo, encontramos um total de cinco pronomes oblíquos átonos, assim distribuídos:

- a.6.1.1) um caso de próclise em final de oração;
- a.6.1.2) dois casos de ênclise em início de oração;
- a.6.1.3) um caso de próclise no meio de oração;
- a.6.1.4) e apenas um caso de ênclise no meio de oração.

a..7) *Quando Estor viu este golpe, maravilho-se e afastou-se afora, ca bem entendeu que seria mal-sem e folia demais atender. Sagramor disse entom:*

— *Per boa fé, ora posso bem dizer que este é o melhor cavaleiro que eu nunca vi. Nunca me creades de rem, se este nom é Galaaz, o mui boõ cavaleiro, aquel que há de dar cima aa aventuras do regno de Logres.*

— *Sem falha, esse é, disse Estor.*

a.7.1) e sequência do fragmento, acima, no sétimo parágrafo temos:

a.7.1.1) dois casos de próclise em meio de oração;

a.7.1.2) e um caso de ênclise em meio de oração, devido ao atrator adverbial de negação.

a.8) *E eles em esto falando, Gallaz viu que os de fora começaram a fugir, e os do castelo iam empós eles, prendendo em eles a seu prazer. E quando Galaaz viu que os de fora eram já assi desbaratados, que nom podiam já recobrar, partiu-se ende tam escundidamente, que nenguũ no entendeu, fora Tristam. Aquel verdadeiramente o segui de longe, que aquel dia viu em el tam gram bondade de cavalaria, que disse que jamais nom seria ledõ taã que nom soubesse quem era. Assi se foram ambos tam escondidamente, que os da assumada nom poderam saber que fora deles. E Galvam, que foi tam coitado do golpe, que nom cuidou a escapar vivo, disse a Estor:*

— *Par Deus, dom Estor, ora vejo eu que é verdade o que me disse Lançalot ante vós todos, em dia de Penticoste, que, se provasse de tirar espada do padrom, que me acharia eu mal, ante que o ano passasse, e que seria per aquela espada mesma. E, sem falha, esta é aquela espada com que me el feriu. E esto vejo que assi me aveo como foi adeviãdo.*

— *E sodes mal-ferido? disse Estor.*

— *No som tam mal-ferido, disse el, que nom possa guarecer. Mais o pavor me fez peor que al.*

— *Mais que podemos fazer? disse el. Semelha-me que já ficaremos, disse Estor.*

— *Nom ficaredes vós, disse el, mas eu ficarei taã que seja guarido.*

a.8.1) ao longo desse fragmento, verifica-se a ocorrência no oitavo parágrafo de:

a.8.1.1): oito casos de próclise em meio de oração;

a.8.1.2) dois caso de ênclise, um em início de oração e um caso de ênclise no meio de oração;

a.8.1.3).um caso de apossínclese com a intercalação de “el” entre o pronome átono e o verbo.

a.9) *E eles em esto falando, chegaram-se os dos castelos a eles. E quando souberom que era Galvam, muitos houve i a que pesou. E filharam-no e levaram-no ao castelo e desarmarom-no, e meterom-no em uã câmara escura e longe de gente, e fezerom-lhe catar sua chaga a uũ mui boõ mestre, que mõi bem sabia de tal maestria, que os fez seguros, que o daria são a pouco tempo. Assi ficou Galvam no castelo, e Estor, que o nom quis leixar ataa que saasse. Os outros se foram, e quando se partiram do castelo, começaram a falar de Galaaz e disserom:*

— *Que faremos? Aqueel boõ cavaleiro nom é longe; vamos empós el, ataa que o achemos; e se Deus quer que o achemos, tenhamos-lhe companhia mentre podermos, ca, sem falha, maravilhas haveremos del.*

a.9.1) nesse último nono parágrafo do recorte textual analisado, temos a ocorrência de treze pronomes oblíquos átonos, assim compreendidos:

a.9.1.1) cinco casos de próclise em meio de oração e uma próclise em final de oração;

a.9.1.2) seis casos de ênclise no meio de oração;

a.9.1.3) e uma ênclise em início de oração.

a.11.) *A esto i se acordaram, e per u iam, demandando por Galaaz. Mais porque o nam acharam esta vez , se cala ora ende o conto e torna a Galvam. (In: A Demanda do Santo Graal, Rio de Janeiro, INL, 1955, vol. 1, pp. 375, 377, 379, 381.)*

a.11.1) nesse décimo e último parágrafo, temos:

a.11.1.1) o uso da próclise em meio de oração;

a.11.1.2) e um caso de apossínclese por intercalação negativa.

## 2.4 Algumas Considerações Finais

As análises, acima registradas, referentes aos usos dos clíticos no português arcaico, possibilitam considerar que, na poesia lírica trovadoresca, por um lado, tem-se a presença de um grau bastante significativo de indeterminação no uso da

próclise e da ênclise dos pronomes oblíquos átonos. Por outro lado, percebe-se uma tendência maior quanto ao uso da próclise que, entretanto, não chega a ser relevante a ponto de caracterizar a sua predominância. No que se refere à composição em prosa desse mesmo período histórico, ou seja, a produção das novelas de cavalaria há no *corpus* do texto analisado, uma acentuada predominância da próclise.

Faz-se necessário pontuar que os referidos resultados, quando àqueles obtidos e avaliados por Salvi (1990) e Martins (1994) - também referentes ao período da poesia trovadoresca e novelas de cavalaria, entre o século XII e o século XV - confirmam a preferência do uso do pronome enclítico nesse período. A próclise, segundo os estudos desses autores teria uso acentuado apenas no auge do século XVI, conforme quando abaixo:

Quadro 5. – Colocação dos clíticos no português europeu

Colocação dos clíticos segundo Salvi (1990)									
	1267 – 1348	1425 - 1450	1510 – 1520	1550 - 1600	1655	727	746	846	878
Próclise	29%	50%	61%	100%	5 7%	1%	9%	0%	%
Ênclise	71%	50%	39%	0%	4 3%	9%	1%	0%	5%
Colocação dos clíticos no português arcaico segundo Martins (1994)									
	1250 – 99	1300 - 49	1350 – 99	1400 - 49	1450 - 99	1500 – 50			
Próclise	6,70 %	18,80 %	37,80 %	71,40 %	9 4,40%	100%			
Ênclise	93,30 %	81,20 %	62,20 %	28,60 %	5, 60%	0%			

Fonte: Castilho, 2012: 484

Assim, a tabela mostra claramente a preferência pelo uso da ênclise nesse período. No entanto, ressaltamos que, ao definir o objeto de nossa análise sobre a colocação dos pronomes clíticos, em composições textuais da poesia lírica e prosa do português arcaico, as amostras aqui analisadas são insuficientes para definirmos um quadro mais preciso da colocação dos pronomes oblíquos átonos no período

analisado. Seria necessária, uma investigação mais acurada, um leque maior de documentos, para projetarmos um cenário mais preciso.

Entretanto, os resultados registrados por nossas análises sobre a primeira poesia trovadoresca - aquela que inaugura a história da literatura portuguesa, a saber, “A Ribeirinha”, de Paio Soares de Taveirós do século XIII, possibilita afirmar significativo grau de usos da colocação proclítica, tanto quanto que a “Ribeirinha” não se encontra em seu corpus o uso da ênclise, o que não autoriza esse pesquisador a concordar plenamente com Salvi (1990) e Martins (1994). Mas, como se afirmou acima, seria necessário análises de um corpus mais intenso e diversificado sobre o tema.

No Capítulo subsequente a esse, as análises incidirão sobre o uso dos clíticos no período da colonização do território brasileiro.

### **3. OS CLÍTICOS E SEUS USOS – entre o Brasil colônia e Brasil do Estado moderno do presente**

#### **3.1 Considerações Iniciais**

Os resultados apresentados no Capítulo que antecede a esse possibilitariam ao pesquisador dessa monografia considerar que o uso da próclise já concorria com o da ênclise no galego português, de modo que o primeiro se sobrepunha ao segundo, ou vice-versa. Todavia, segundo Salvi (1990) e Martins (1994), a sobreposição de usos da próclise sobre a ênclise terá acentuada frequência apenas no fluxo do século XVI, razão por que se optou por selecionar a Carta de Pero Vaz de Caminha que tematiza do descobrimento do Brasil, para verificar tal frequência de uso, registrada pelos referidos autores, por um lado. Por outro e a partir dos resultados de nossas análises, buscaremos dialogar com posições assumidas pelos nossos gramáticos de formação filológica e/ou da linguística moderna, com vistas a discutir o ensino gramatical em nossas escolas sobre variação e variedade de usos de normas gramaticais.

#### **3.2 O uso dos clíticos na Carta de Pero Vaz de Caminha sobre o Brasil**

A Carta do escrivão Pero Vaz de Caminha, redigida em 1500 e endereçada ao rei de Portugal, é considerada o primeiro documento escrito em língua portuguesa no território brasileiro. Nela, Caminha relata os problemas enfrentados durante a viagem, entre eles o desaparecimento de uma das naus, o contato com os indígenas, as riquezas naturais, as duas primeiras missas aqui celebradas. Ela representa o registro de um marco de fundação do desenvolvimento português usado ainda no século XVI e que seria o do próprio Estado moderno Português e o fundamento de uma história que, por decreto, implantou a língua portuguesa como língua oficial do Brasil, quando ele se fez um novo Estado Nacional americano.

Apresentamos, abaixo, fragmentos do referido documento que, selecionados por esse pesquisador, teve o propósito de analisar os usos do pronome átono clítico, como recurso empregado por Caminha para apresentar e representar essa nova

terra, ao distante rei português. Assim, dela ele tomaria posse a distancia, pois nela a nobreza portuguesa colocaria seus pés com os próprios pés do seu rei, apenas no século XVIII, quando a corte portuguesa e o seu respectivo reino passaria a ser governado e administrado por D. João VI, das terras brasileira. Assim, as terras de “além mar” foi o próprio Estado Português. (cf. in:Dalefi, 2008: 79):

**A. Fragmento Frasais I** (PRADO, J.F. de Almeida. A Carta de Pero Vaz de Caminha):

**a.1)** ... bem contar e falar **o** saiba pior que todos fazer. (...) que vy e **me** pareceo.(...) oras **nos** achamos antre as canareas mais perto (...) anoute segujmte aasegunda feira **lhe** amanheceo (...) sem nhuua causa que **lhes** cobrisse suas vergonhas. (...) e huu deles **lhe** deu (...). e outro **lhe** deu (...) homeês que se jumtaram aly.(...) e nom **lhe** aproveitaram (...) e oque **lhe** fica antre obeição (...) que **lhes** nom da paixã nem lhes torua...(= que lhes não dá dor nem **lhes** estorva)(...) e depois perao colar como que **nos** dezia que avia em tera ouro(...) acenou que **lhas** desem (...) Ocapitã **lhes** mandou poer...

Analisadas as frases acima e destacados os usos apontados em negrito, pudemos concluir que quanto à colocação dos clíticos, de modo geral, é preferencialmente proclítica, como ocorre ainda hoje no Brasil.

O propósito de reiterar tal afirmação, de modo a termos uma visão mais detalhada sobre a posição dos complementos átonos no século XV, buscamos no artigo “Os Clíticos na Carta de Caminha”, do professor Miguel Eugênio Almeida, (Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/Cill19a.htm>>) elementos que possam comprovar nossa afirmação. Segundo esse pesquisador, os resultados de sua investigação incidiram sobre cento e onze frases que, retiradas da Carta, implicaram usos dos pronomes clíticos que, entretecidos com usos em posição mesoclítica como complemento de verbos; contudo a mesóclise, considerada na sua relação com a próclise, é bastante rara; logo, prevalece a próclise na composição da referida carta, coforme o seguinte exemplo: “(...) e empremarsea ligeiramente neeles (...)”.

Comparado esse resultado em relação ao emprego do complemento átono no século XV, observa-se que ele está em perfeita conformidade com a gramática do português contemporâneo, pois segundo Cunha (1985: p.300), uma “Colocação que só é possível com formas do futuro do presente e futuro do pretérito”. Assim, em relação ao uso da ênclise, após formas dos verbos flexionados, a ênclise é bastante expressiva à evidência do complemento átono na Carta de Caminha, conforme exemplos abaixo:

**Fragmentos Frasais II** - “Deram-lhes aly de comer pam (...)”; “Trouueranlhes vinho por hua taça, posaranlhe asy aboca.” (...); “Trouueramlhes agoa (...)”; “Dauãmos daqueles arcos e seetas (...)”; “Acenamoslhe que (...)”; “ Acenaram-lhes que posem os arcos (...)”; “Foram-se la todos”; (...) “ parece me jente de tal jnocencia (...)”; “ Passamolo ao longo da praya (...)”

Verificamos, mais uma vez, adequação do uso do complemento átono na Carta, quando comparado tal uso em relação àquele postulado pela gramática do português contemporâneo; salvo o uso do hífen, cujo uso não se tipifica pela uniformidade entretanto, se constata não haver uniformidade quanto ao uso ortográfico **hífen** cujo grau de variação é bastante elevado.<sup>3</sup> Observa-se que, raramente, ele se faz presente entre o verbo e o enclítico, como observados nos excertos acima (cf. primeira, sexta e sétima frases), de onde foram extraídos os exemplos frasais da Carta. O mais comum são os casos de aglomerados, como ocorrem nas outras frases, em que o pronome enclítico está ligado ao verbo e não separado por hífen, conforme os registros apontados.

No que se refere aos casos de aglomeração dos pronomes átonos, registrados na Carta de Caminha, eles são perfeitamente justificáveis afirma Mattoso Câmara (2011: 70) em se tratando do vocábulo formal de forma dependente. Segundo esse linguista:

“uma forma que não é livre, porque não pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente; mas também não é presa, porque é suscetível de duas possibilidades para desjuntar da forma livre que se acha ligada: de um

<sup>3</sup> Apenas se deve ressaltar que o emprego desse sinal gráfico é incoerente do ponto de vista da língua oral. Muitas vezes é omitido, deixando um espaço inteiramente em branco, como se faz com todas as partículas proclíticas. ( Mattoso Camara, 2011: 70).

lado, entre ela e essa forma livre pode intercalar uma, duas ou mais formas livres *ad libitum* (a grande, promissora e excelente lei)".

Mattoso Câmara (2011) destaca o fato de que os pronomes átonos que funcionam junto ao verbo, quando tal uso não mais é permissível, visto que a forma dependente, na impossibilidade de se intercalar entre duas ou mais formas livres, resta a ela associar-se à forma livre e mudar sua posição em relação a ela. Abaixo temos exemplos claros de variações da forma dependente, *me*, junto ao verbo, podendo ele ficar em posição enclítica ou proclítica ênclise e próclise, como é o caso de “pareceme”, que se junta por aglomeração à forma livre (parece) , ou também pode alternar a posição do clítico para “me parece”, formando nas duas construções um único vocábulo formal<sup>4</sup>, conforme os seguintes exemplos: “pareceme jente de tal jnocencia (...)” ou “(...) ca me parece”

As amostras dos enunciados frasais, abaixo, evidenciam uma quantidade significativa de enclíticos em orações coordenadas:

**C. Fragmentos Frasais III** - “(...) e lançouas ao pesçoço e despois tirouas e embrulhuas.”; “(...) e lançarãlhes huu monto ecjma.”; “(...) mas junto cõ ele lançauãno damaão e nos tornauamolos (...)”; “(...) e entam veosse e trouumolo.”; “(...) e do achamento desta terra cõformandose cõ o sinal da cruz.”; “(...) e olhandonos e asentaramse.”; “(...) e viemonos aas mãos.”; “(...) e faziãmo bem.”; “(...) e parecerãme mayores em boa cantidade (...)”; “(...) mas pareceme (...)”.

Considerados os enunciados identificados quanto aos usos da próclise, apontam-se as seguintes frases de os:

**D. Fragmentos IV** - “(...) acenou que lhas desen (...)”; “(...) e despois tornou as contas aquem lhas deu.”; “Aqueles que nos leuauamos acenaramlhes que se afastasem (...)”; “(...) epediam que lhes desen alguua cousa.”

<sup>4</sup> A forma dependente é, portanto, o primeiro exemplo em português da falta de coincidência absoluta entre vocábulo fonológico e vocábulo formal. Trata-se de um vocábulo fonológico, senão parte de um vocábulo fonológico, a que se acha ligado pelo acento que domina várias sílabas átonas. (Camara, 2011: 70).

Constata-se, na frase abaixo, a construção de raro uso atualmente, *apossínclise*<sup>5</sup>, referente à intercalação de uma ou mais palavras entre o pronome complemento átono e o verbo, em relação ao uso do pronome **lhes**: “(...) qualquer coisa que lhes home queriã dar.” – o uso frequente seria: “*qualquer coisa que home lhes querã dar*”

Eugênio assinala um número bastante expressivo destes clíticos na Carta de caminha, a saber, os fragmentos de enunciados, agrupados sob a forma de:

**E. Fragmentos V** - “(...) *por que o nom saberey fazer.*” “(...) *porque lho ã aviamos de dar (...)*”; “(...) *tam limpas das cabaleiras que as nos muyto olharmos (...)*” ; “(...) *e a tintura era asy vermelha que aagoa lha ã comya nem desfazia.*” ; “(...) *que os eles maudasem (...)*” ; “(...) *que lhe no pode ho me dar conto (...)*”; “(...) *que lhe primeiro pregarom armarom altar ao pee dela (...)*”.

Seguem-se a esses, outros exemplos, aqueles agrupados em:

**F. Fragmentos de enunciados frasais de orações subordinadas VI** – que reiteram exemplos de proclíticos de usos dos pronomes proclíticos, quais sejam: “Acenamoslhe que se fosem (...)” ; “(...) *parecesse que lhe tiynham.*” ; “(...) *se nos parecia seer*” ; “(...) *oque lhe preguntam.*” ; “(...) *ca me parece*” ; “(...) *que nos desejauamos saber seo avia na terra.*” ; “(...) *obeiço tam furado que lhe caber já.*” ; “(...) *acarapuça que lhe deu tanto que se pedio*”; “(...) *alimareas monteses que lhe faz hoar (...)*”.

Observa-se que, em se tratando da frase “(...) *tornouse queo fazera vijr (...)* o emprego da colocação átona aparece ligada a conjunção subordinativa *que*; já na frase “(...) *que atomou (...)*, a colocação do proclítico está ligado ao verbo.

---

<sup>5</sup> *Apossínclise*, quando algum elemento se interpõe entre o clítico e o verbo. É um fenômeno desconhecido no PB, mas que se encontra em textos clássicos. Um exemplo famoso é a coleção de comentários puristas reunida pelo filólogo português Cândido de Figueiredo, no início do século XX, com o título *O que se não deve dizer*. Quando ocorre, a *apossínclise* se verifica com a inserção do advérbio negativo (*não*, *nunca*, *ninguém* etc); (BAGNO, 2011: 741).

A colocação dos pronomes proclíticos em frases coordenadas, Eugênio em seu artigo afirma que a Carta de Caminha apresenta muitos casos deste complemento, como; “(...) e me pareceo.” e “(...) e ño lhe queriam poer a mão” A conjunção coordenada, na frase acima, orienta usos da próclise, além do fato de essa conjunção vir precedida de expressão adverbial negativa., à semelhança das frases referentes ao item abaixo em que os pronomes proclíticos vêm precedidos de advérbio:

**G. Fragmentos de enunciados frasais coordenados por orações VII** - “(...) e depois atomaram coma espantados.” ; “(...) e asy omandaram” ; “(...) e asy nos tornamos aas maaos (...)” ; “(...) e aly nos pregou do auangelho (...)”.

Reiteramos, por um lado, em relação às análises acima, posição assumida por Bagno (2011: 741) sobre os casos de apossínclese, quando ocorre à inserção do advérbio negativo, na Carta, e se verifica a maior grau de incidência em razão do uso do pronome átono clítico com o advérbio (não). Por outro lado, apresentamos, abaixo, resultados das análises que orientaram os itens propostos.

### 3.30 Uso dos Clíticos no Século XVI

As amostras analisadas do corpus confirmam a aproximação da língua falada pelos seus usuários do século XXI, no Brasil, e o distanciamento ou diferenças desses mesmos usos com aqueles dos portugueses europeus, nesse mesmo século. Constatou-se que, nas amostras retiradas na Carta de Caminha, predomina o uso do pronome clítico como complemento átono anteposto ao verbo e também há uma quantidade expressiva de uso desse pronome em posição enclítica, sendo que o mesmo não ocorre com a interposição ao verbo.

A comparação entre esses resultados e aqueles apontados por Eugênio em seu artigo, levaram esse autor a afirmar que o complemento átono, do período do Português Arcaico, e o Português do Brasil Contemporâneo apresentam as mesmas regras gramaticais, assim, há ocorrência de próclise em orações subordinadas, em orações que contêm uma palavra negativa e por atração dos advérbios e de outros pronomes. Verifica-se, também, a construção de raro uso, atualmente no PB, da apossínclese, enquanto a ocorrência de ênclise em orações coordenadas e em

construções por aglomeração. O sinal gráfico referente ao uso do hífen não é utilizado no século XVI. Observou-se, ainda, que a mesóclise desse pronome clítico é muito rara na Carta de Caminha – também nas amostras extraídas do artigo de Eugênio, a sua ocorrência está reduzida a apenas um exemplo, onde o verbo foi flexionado na forma do futuro do presente. Por conseguinte, é possível perceber que as diferenças de colocação de complementos átonos entre Brasil e Portugal começam a manifestar, provavelmente, com o distanciamento de Portugal com a sua Colônia; sobretudo, no século XVII e início do século XVIII.

### 3.3.1 As Diferenças e Semelhanças entre Usos de Colocação Pronominal no PB

Castilho (2012) afirma que o tipo de língua que chegou ao Brasil junto às naus portuguesas somado aos contatos linguísticos com índios, africanos e as línguas de migração, a intensa urbanização do país e o avanço da fronteira agrícola, misturando os falares sulistas aos nordestinos, tiveram como implicação muito provavelmente a manutenção do português arcaico do século XV, com pequenas contribuições trazidas pelos portugueses que para cá embarcaram. .

Observadas essas diferenças pelas suas semelhanças faz-se necessário considerar, a colocação dos pronomes átonos, quanto à morfologia e à sintaxe da língua portuguesa. No que se refere à morfologia, Castilho (2012: 192 e 193) considera que:

a) o PB, apresenta o quadro dos pronomes pessoais átonos, ou clíticos, pelas formas: *me, te, nos*, tendendo a desaparecer (i) o acusativo *o*: *ainda não ( ) vi hoje*, (ii) o acusativo *te*, substituído por *para você* - *Preciso falar uma coisa pra você*, por exemplo - e (iii) o reflexivo *se*, que se generaliza como reflexivo universal, no PB popular em por exemplo, *Nos nossos dias não ( ) usa mais saia, Eu não se alembro*. (cf.. pg. 193). Comparado ao,

b) PE- O quadro dos pronomes pessoais átonos apresenta seis formas: *me, te, se/ si, nos, vos*. O reflexivo *si* pode se referir ao interlocutor: *isto é para si*.

Na Sintaxe, as diferenças entre os usos desses pronomes, possibilita considerar que:

c) no PB - os pronomes átonos, por serem na verdade semiátonos, podem iniciar sentença, preferindo-se a próclise: Me passa o bife;

d) no PE - os pronomes átonos não podem iniciar sentença, preferindo-se a ênclise: Passa-me o bife.

Pondera esse autor que, em relação às diferenças acima pontuadas e naturalmente, por questões históricas, há uma resistência muito grande, por parte da língua padrão em aceitar a próclise em início de oração, mesmo que a colocação no PB, em uso coloquial, faça muito mais sentido, por questões eufônicas, do que é prescrito nos manuais de “usos bons”.

Nesse contexto, não se pode perder de vista o fato de a gramática ter por objeto de suas investigações a língua, de maneira geral e, por essa perspectiva a língua é um sistema coletivo de sinais que servem de meio de comunicação entre indivíduos pertencentes a uma sociedade. Por sua vez, a gramática procura ordenar este sistema de comunicação humana, postulando ideais coletivos comuns a todos os membros. Assim, definida por Cunha e Cintra “A língua padrão, por exemplo, embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade”. (Cunha e Cintra, 1985:3).

Castilho, por sua vez, observa que, nas diversas comunidades, há sempre uma variedade social de maior prestígio, resultado das forças coletivas que cobram certa fidelidade de seus membros aos diferentes produtos culturais e, em nome dessa fidelidade, a comunidade de fala atribui um prestígio maior a uma norma de uso, em face do qual as demais variedades sofrem discriminação. Para esse autor, o conceito linguístico de norma abriga três aspectos: a norma objetiva (ou padrão real), a norma subjetiva (ou a padrão ideal) e a norma pedagógica (ou a padrão escolar). Logo, entre o padrão real e o ideal é preciso considerar que a norma objetiva é um dialeto social praticado pela classe socialmente prestigiada, irradiando comportamentos sociais e comportamentos linguísticos. No caso do Brasil, o policentrismo cultural acarreta necessariamente uma variedade de normas objetivas, a saber::

(i) uma norma intraindividual, que pode ser espontânea ou coloquial/refletida ou formal;

(ii) uma norma individual, pois há normas para as diferentes faixas etárias da classe de prestígio;

- (iii) uma norma temática, e
- (iv) (iv) uma norma relativa ao canal.

Pondera ainda Castilho a existência de “grandes” projetos de pesquisa buscam descrever a norma objetiva, como é o caso, no Brasil, que desenvolve o “Projeto que visa a descrever a Norma Urbana Linguística Culta, voltando para a língua falada culta.

Reitera esse autor que a norma subjetiva é um conjunto de juízos de valor emitidos pelos falantes a respeito da norma objetiva. Rodrigues (1968: 43) define ser a norma subjetiva tudo aquilo que se “espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações”; logo, trata-se da chamada “norma ou língua standardizada”, conforme Elia (2000). Associada essa norma subjetiva e a objetiva – os usos efetivos e possíveis e aqueles imaginados como desejáveis, poderemos então configurar a *norma pedagógica*: uma mistura um tanto difícil de *realismo* com *idealismo* em matéria de fenômenos linguísticos. Da norma pedagógica se ocupa o ensino formal da língua portuguesa, com seus instrumentos de trabalho, dentre eles a Gramática Normativa e o dicionário. Numa sociedade em rápido processo de mudança como é a brasileira, há uma natural flutuação nas aspirações da classe escolarizada com respeito à adequação em matéria linguística. A isso se associa nosso conhecimento ainda imperfeito da norma objetiva, apesar dos enormes avanços já registrados. É nessa mesma acepção, no espaço dessa imperfeição que o pesquisador busca ampliar seu conhecimento imperfeito sobre a norma padrão, visto ser ela o objeto a ser ensinado às crianças e jovens pela escola.

Nesse contexto de considerações, pode-se considerar ser a gramática um produto resultante da construção social e como toda sociedade é eminentemente mutável, no tempo e espaço, ocorre que, muitas vezes, esse produto social se submete às forças dogmáticas refletidas em valores sociais. Esse reflexo, de fato opera no plano social, como forças contrárias à variação; razão pela qual, “Numa língua existe, pois, ao lado da força centrífuga da inovação, a força centrípeta da conservação, que, contra- regando a primeira, garante a superior unidade de um idioma como o português, falado por povos que se distribuem pelos cinco continentes.” (Cunha e Cintra, 1985: 3). Por conseguinte, embora saibamos haver necessidade de uma norma padrão escrita e esta norma não tem equivalência unívoca entre, o padrão gramatical do PB e o PE, faz-se necessário compreender

que a norma padrão do Brasil e a de Portugal, têm a mesma estrutura, todavia a arquitetura dessa estrutura, ou seja, os matizes sócio-cultural-históricos desses povos não têm equivalência unívoca entre si. Trata-se, segundo Elias (2000), de uma norma padrão cujas normas históricas não se equivalem totalmente. Logo, é preciso compreender a diferença pelas semelhanças dos padrões culturais desses dois povos.

### 3.3.2 Norma Padrão e Norma Culta

A língua padrão, também chamada de norma padrão, é aquela que obedece a modelos rígidos, pressupostos por regras gramaticais de natureza dogmática, de modo que essa norma é sempre fortalecida pelos contratos ou forças nos tratados sociais. Essas forças, por sua vez, orientam e recomendam modos de dizer e, assim, a norma padrão, embora recomendada, carrega consigo a força da autoridade jurídica dos contratos que regem esses tratados sociais, recomendados pelas autoridades da língua, a saber: “escritores, gramáticos, professores, filólogos, entre outras autoridades de prestígio, quanto ao saber linguístico. A voz dessas autoridades soam acima de qualquer opinião ou dúvida particular: é o princípio estabelecido. “É o que nos parece bom por decreto.” (Dalefi, 2008: 32).

Enfatiza Bagno (2011: 984) que a norma-padrão pelo seu caráter artificial é sempre uma variedade descontextualizada da língua:

“[...] a norma-padrão não é uma variedade linguística: ela é um construto sociocultural, artificial, da mesma natureza dos códigos penais, das leis de trânsito, dos pesos e medidas, das velocidades máximas dos elevadores, da cotação das moedas estrangeiras etc. Justamente por isso, ela não corresponde em grande parte à instituição linguística dos falantes: suas prescrições - por serem anacrônicas, isto é, divorciadas da realidade contemporânea da língua - tentam impor sempre os usos linguísticos menos comuns, mais raros, quando não simplesmente inexistentes”.

A língua culta, segundo Bagno(2011: 985), é também denominada de norma culta, por ser aquela falada no cotidiano das pessoas, entretanto, nas situações mais formais. Trata-se do modo de falar para dizer conhecimentos da cultura letrada, cujos falantes são pessoas cultas, intelectuais e profissionais com grau de instrução

superior. Segundo esse autor, as denominações língua padrão e língua culta não devem ser confundidas, pois elas não são a mesma coisa.

“O reconhecimento da norma culta real não deve servir de base para um novo tipo de prescrição e repressão linguísticas. É preciso adotar a posição do convívio democrático e tranquilo entre as formas tradicionalmente padronizadas e as formas inovadoras já incorporadas às atividades linguísticas dos falantes urbanos. Não vamos praticar uma prescrição às avessas: rejeitar as formas tradicionais para aceitar exclusivamente as inovadoras. Na prática linguística falada e escrita, existe lugar para todas elas. O importante é abandonar de vez a noção irracional de que as formas inovadoras constituem erros a ser evitados. É inútil tentar combater supostos “erros” que já se fixaram nas variedades urbanas de prestígio, inclusive na nossa melhor produção literária desde o Romantismo”.

O projeto Nurc<sup>6</sup> ao investigar a relação entre a língua padrão e a língua culta, na prática concluiu que as regras e modelos preconizados pela gramática, sobretudo na modalidade escrita, divergem da língua culta, efetivamente falada pelos brasileiros cultos. Quanto às divergências encontradas pelo projeto Nurc, afirma Bagno, podemos destacar, entre várias, duas variações encontradas na colocação do pronome pessoal oblíquo átono, quais sejam: a) a substituição do pronome enclítico por pronome reto, por exemplo, a considerar as seguintes diferenças entre ambas:

Eu adoro-a!

Peguei-a pelo pescoço!

Eu adoro **ela**!

Peguei **ela** pelo pescoço!

Castilho, (2012, p. 190-191), comenta que Câmara Jr. (1957b):

“foi o primeiro a defender a hipótese da deriva ou mudança natural quando procurou uma razão estrutural, interna, para explicar o uso do *e/le* acusativo, na expressão *eu vi ele*. Câmara Jr. Argumenta que a próclise do clítico *o* ao verbo cria um vocábulo fonético em que o pronome, aí tratado como uma vogal átona, desaparece, comprometendo a representação do objeto direto. Foi necessário escolher outro pronome para o preenchimento dessa função. Quer dizer, se disséssemos *eu o vi*, as duas últimas palavras soariam como

---

<sup>6</sup> Na década de 1970, o projeto de pesquisa sobre a língua falada nos grandes centros urbanos batizado de Nurc (Norma Urbana Culta) foi o primeiro grande estudo sociolinguístico brasileiro.

Sua finalidade era investigar a relação entre a língua padrão (o cânone linguístico) e a língua culta (aqui chamado de norma urbana culta), que é aquela efetivamente falada pelas pessoas de mais alto prestígio social.

[uv], em que será tratado como uma vogal átona qualquer, candidata a desaparecer como fazemos com a primeira vogal de *imagina*, que dizemos habitualmente [*magina*]. O problema é que em [*magina*] o inicial não tem um papel gramatical, ao passo que em [uv] a primeira vogal é o objeto direto de *ver*, e faz uma falta danada! Para ajeitar as coisas, passou-se a usar o pronome *ele*, sempre segundo Câmara Jr., e com isso temos hoje em dia *eu vi ele*. Perdeu-se o clítico, mas ganhou-se o *ele* acusativo, título do famoso ensaio de Câmara Jr”.

Assim, outra diferença a ser considerada entre norma padrão e norma culta, sobre o uso dos clíticos é:

b) o emprego do clítico antes do verbo, no início das frases, principalmente entre os falantes de todas as classes sociais que transgridem a todas as regras relativas ao assunto, pois nesse caso, elas só ocorrem em relação às formas **me/te/se** e, mais raramente, **nos**; por exemplo:

**Me** empresta sua caneta?

**Te** espero sem falta

**Se** vira!

Bagno (2011: 763 ) afirma que para os falantes do PB, o uso do clítico em início de frase, flui de tal maneira, tão natural para o brasileiro, que se afigura incorporado a fala coloquial do nosso povo:, o que

“(...) só evidencia que a prescrição purista se faz de modo tão subserviente à tradição normativa (e tão cedo a qualquer reflexão mais atenta aos fenômenos linguísticos) que aquilo que não aparece codificado nela - ainda que tão “errado” quanto outros fatos registrados - passa como nem se quer existisse e é empregado sem susto e sem sobressalto”.

Logo, a ideia de transgressão de norma, essencialmente, se encontra na tradição coletiva, e nas doutrinas, certamente, recomendadas pelas autoridades da língua, bem como nas ligações dos próprios elementos linguísticos, que formam entre si uma estrutura coesa. Nasce dessa tradição coletiva, entre os membros da nossa comunidade linguística, um sentimento de resistência provocada pelos supostos erros. Câmara (1974: 35) afirma que é

“Daí, em primeiro lugar, o sentimento da correção que leva o grupo social a refugar muitas mudanças que se apresentam no discurso, classificando-

as como erros. Em segundo lugar, os elementos linguísticos, achando-se num sistema de correlações e contrastes, constituem uma estrutura, se apóiam mutuamente e se fortalecem uns com os outros, resistindo a muitas inovações”.

Nesse sentido, Câmara (1974: 35-36) pondera sobre esse sentimento de resistência e sobre ele afirma que:

“Assim em cada momento da vida coletiva, há sentimento da fixidez da língua. Socialmente real, ele é, não obstante, naturalmente ilusório, porque a força conservadora e a resistência da estrutura nunca e nenhuma conseguem deter a mudança”.

### 3.3.3 Algumas visões Gramaticais na Colocação do Pronome Átono

No espaço dessas discussões que tematizam as questões da norma padrão e culta como duas dimensões que não podem ser interpretadas por significados homogêneos é preciso pontuar que a gramática escolar apresenta aspectos normativos e descritivos da língua.

No que se refere aos aspectos normativos, a língua é imposta por regras padronizadas, tidas como modelo a ser seguido por toda comunidade linguística, pois ela é concebida por um conjunto de “usos bons” que devem ter como modelos a gramática normativa — é o que prescreve uma gramática escolar. Outra característica desta gramática é promover a variável culta e discriminar a popular; razão por que, em se tratando dos aspectos descritivos, há um empenho em descrever a linguagem, sem nenhuma preocupação em defini-la, pois consideram que analisar o material recolhido pelos falantes compete aos gramáticos, uma vez que a língua é viva e dinâmica, não está sujeita a regras estanques. Porém, o aspecto descritivo, é insuficiente para dar conta de explicar as regras observáveis nos usos linguísticos, as quais emergem dos discursos que estiveram ou estão em circulação entre os membros reais de uma comunidade.

Para testarmos toda a autoridade das regras gramaticais, ao que concerne o emprego da colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos e sua posição em relação ao verbo, realizamos uma pesquisa em cinco gramáticas portuguesas. A primeira é a “*Gramática*” de Faraco, Moura e Maruxo - Gramática normativa, muito utilizada no ensino médio. As outras duas obras - *Nova Gramática do Português*

*Contemporâneo* de Celso Cunha e Lindley Cintra, e *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara. A seleção e a relação estabelecida entre esses autores por esse pesquisador, deveu-se ao fato de os seus autores serem conhecidos por suas visões linguisticamente mais inovadoras para os estudos da língua em questão. A elas foi incorporada a *Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves, visto que a autora promove uma descrição do uso efetivo dos itens da língua, tendo como pressuposto ser por meio do uso real e não do ideal que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função. E por fim, *A Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho, foi incorporada aos estudos dos clíticos por ser uma outra gramática inovadora, por descrever a norma do português brasileiro urbano culto falado e, para tanto, em vez de tomar como referência os textos escritos, elege como amostra preferencial da língua e sua manifestação aparentemente mais caótica: a conversação falada.

Nesse contexto de estudos propriamente gramaticais, tratamos das questões sobre os pronomes clíticos, conforme apresentação dos seguintes resultados, perspectivados pelo ponto de vista de:

A. Faraco, Moura e Maruxo: in: Gramática — pelo seu caráter normativo, atestada pelos seus autores, que afirmam ser ela “uma gramática normativa, porque descreve e estabelece regras a serem seguidas por todos aqueles que querem falar e escrever de acordo com a norma padrão.” (Faraco, Moura e Maruxo, 206: 16). Nesta gramática, o falar regional, a língua coloquial, as gírias e tudo que caracteriza situações informais, se submetem a norma padrão. Assim, são consideradas construções incorretas, como: **Te** amo; **Vende-se** casas; **Agente** perdemos; **Nóis** gosta; O professor pediu **para mim** fazer a chamada.

No que se refere à colocação do clítico em início de frase, esta forma é o caso mais combatido pela gramática normativa. Porém, dificilmente se ouve um brasileiro dizendo “Amo-te” em lugar de “Te amo” ou “Encontre-me” em vez de “Me encontre”. A respeito desta preferência da próclise pelos brasileiros, esses autores ponderam que, “No português do Brasil, no entanto, é muito nítida a preferência pela próclise, mesmo que contrariando a norma padrão, inspirada na gramática do português de Portugal.” (Faraco, Moura e Maruxo, 2006: 508) e exemplificam a frequência desse uso por citação de um autor de prestígio, Rubens Braga. que usa a seguinte frase:

Me dê esse canivete, meu irmão, citada como voz de autoridade por esses gramáticos.

Apesar de considerarem comum o uso da próclise em início de frase no PB, sobretudo na literatura e linguagem menos formal, os autores são enfáticos, quanto à colocação dos clíticos prepostos ao verbo, em início de frase nos textos formais, “Em textos formais, convém obedecer à regra...” (Faraco, Moura e Maruxo, 2006: 508). Sendo assim, nada mais a comentar sobre esta gramática. Rubens Braga)

B. Celso Cunha e Lindley Cintra, in: *Gramática do Português Contemporâneo* — conceituada nos meios acadêmicos, sobre o emprego dos clíticos, especificamente no uso da próclise, esta gramática, se mostra mais flexível sobretudo, comparada à primeira gramática analisada. Os autores dedicam um subtópico para explicar os complementos átonos no PB, evidenciando as diversidades entre o uso dos clíticos em Portugal e o uso no Brasil, “A colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente *em situação coloquial das conversações cotidianas, pontuando que em tais situações se pode observar a distância entre a colocação dos pronomes clíticos no Brasil e em Portugal. Observam* que, em alguns casos, há equivalências entre o PB e o português europeu medieval, conforme já pontuamos em nossas análises (cf. p.307). Ainda, numa perspectiva linguística-histórica, enfatizam o uso das ex-colônias africanas para validar tal uso. Nesse contexto afirmam se poder considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas, que: a) a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente a forma **me**, como é o caso de: “— **Me desculpe** se falei demais. (in: (É. Veríssimo, A, II, 487.)”; “ — **Me arrepio** todo.”. (in: Luandino Vieira, NM, 138.).

Pode-se considerar que as normas descritas por esses dois gramáticos são asseguradas por um compromisso mais acurado com a língua portuguesa falada no Brasil. No decorrer da obra, especificamente, à colocação dos pronomes átonos, há uma preocupação maior com a ciência linguística, especialmente, se comparada a uma gramática, ainda, presa às regras pré-estabelecidas.

C. Evanildo Bechara, in: *Moderna Gramática Portuguesa – Esse autor*, ciente das inúmeras diferenças entre o falar lusitano e o brasileiro, coloca-se em questão ao

“erro”, afirmando que muitas das regras estabelecidas são frutos do distanciamento do falar brasileiro, não se aplicam ao falar lusitano. ((Bechara, 2009: 587). Segundo Bagno (2012: 24), nela se pode encontrar uma posição de ruptura com um passado prescritivo por ela apresentar um futuro mais promissor, mormente nos estudos da língua. Trata-se, segundo esse sociolinguísta, de “um importante movimento de transição da tradição prescritiva para uma abordagem mais sintonizada com avanços da linguística científica.”. Orientando-se pelos estudos do filólogo Said Ali, Bechara, a semelhança de Bagno, considera que os problemas de colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo “o” ponderam que eles devem ser considerados como uma questão de fonética sintática. Assim, durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da “atração” vocabular do *não*, do *quê*, de certas conjunções e tantos outros vocábulos; contudo, esses estudiosos passaram a considerar o assunto pelo ponto de vista dos não puristas. Afirma Bagno que, entretanto, muitos gramáticos, alicerçado na tradição literária, ainda não se dispuseram a fazer concessões a algumas estudos da linguística contemporânea que invalidam suas teses e, conseqüentemente, suas regras descritivas. Assim, hoje, abriram-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelas tendências do falar de brasileiros cultos, não leva em conta as possibilidades estilísticas que os escritores conseguem extrair da colocação de pronomes átonos. Bechara observa que na linguagem escrita e falada das pessoas cultas, desde que não se infrinjam os critérios expostos, o problema de colocação pronominal é questão pessoal de escolha, atendendo-se às exigências harmônicas da frase.

Nessa acepção, orientando-se por esses estudiosos das questões gramaticais, mais especificamente sobre a colocação brasileira é inferior àquelas de que os portugueses fazem uso, é preciso observar que “*a pronúncia brasileira é diversificada da lusitana; daí resulta que a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincide perfeitamente com o do falar dos portugueses*” [AS.2, 227]. Justifica-se, assim, um dos aspectos de inovação da gramática de Bechara, referente às regras de colocação da ênclise em início de período. Para o autor, em muitos casos, a ênclise pode se tornar forçada, e a harmonia da frase fica

comprometida no PB, quando se opta por fazer usos orientados por regras do PE. (Bechara, 2009: 588).

Apresentamos, abaixo, a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo **o.**, conforme posição de Bechara, qual seja:

a) em se tratando de uso de apenas um verbo, deve-se observar que:

a.1) Não se inicia período por pronome átono, por exemplo: : “Sentei-me, enquanto Virgília, calada, fazia estalar as unhas” [MA.1, 125].; “Não vos digo eu!” [AH apud FB. 1, 197].; “Querendo parecer originais, nos tornamos ridículos ou extravagantes” [MM].

É importante observar que:

a.2) os mesmos critérios de eufonia empregados com o pronome átono **me**, preposto ao verbo, não deve ocorrer com o pronome átono **o** em início de período. (Bechara, 2009: 588), como por exemplo, em: “Alguns modernistas, com Mário de Andrade à frente, tentaram estender essa próclise inicial de enunciado a todos os pronomes átonos, exagerando, porque isto não ocorre com *o, a, os, as*: O vi. Depois, só Mário persistiu no uso, apesar das ponderações de Manuel Bandeira.”

Consideradas essas duas situações de usos, outro aspecto relevante encontrado na gramática de Bechara é a confecção de um subtópico específico para a colocação dos pronomes átonos no Brasil, Bechara defende a ideia necessária, de assegurar o português brasileiro, por fatores rítmicos, estéticos, estilísticos e históricos, como uma variante real e importante da língua portuguesa. (Bechara, 2009: 591). Na sequência e observados os dados já registrados em a. e b., é preciso considerar que certas tendências brasileiras que nem sempre a Gramática agasalha como dignas de imitação, presa que está a um critério de autoridade que a linguística moderna pede seja revisto. Assim, reiterando o mesmo tema, afirma o Prof. Martinz de Aguiar:

“A colocação de pronomes complementos em português não se rege pela fonética, nem é o ritmo, o mesmo binário-tenário, em ambas as modalidades, brasileira e lusitana, que impõe uma colocação aqui, outra ali, não. Ela obedece a um complexo de fatores, fonéticos (rítmico), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se entrelaçam e às vezes se contrapõem. [...]”

Assim, pelas mesmas razões variadíssimas é que no Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode assumir posição inicial de período. Logo, os resultados da pesquisa realizada e registrada nessa monografia encontra respaldo nos estudos dos autores ou gramáticos como Bechara.

D- *A Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves – os estudos gramaticais dessa autora qualificam-se por orientações de caráter funcionalista, voltados para a descrição dos usos efetivos da língua do PB. Porém, vale lembrar, que entre as análises propostas por essa autora foram encontramos orientações de natureza normativa. Sobre essa questão, Bagno (2012: 25) afirma:

[...] "No entanto, apesar de seus inúmeros méritos, seu *Corpus* de análise é constituído exclusivamente de língua escrita (literária, jornalística, ensaísta), em gêneros textuais mais monitorados, nos quais ainda persistem, ao lado das tendências inovadoras próprias do português brasileiro, usos mais conservadores, decorrentes da própria seleção textual do corpus".

Essa mesma posição é assumida pela referida autora, logo na introdução da gramática, (Neves, 2000: 14), a saber:

"Embora uma gramática de usos não seja, em princípio, normativa, para maior utilidade ao consulente comum a norma de usos é invocada comparativamente, de modo a informar sobre as restrições que tradicionalmente se fazem a determinados usos atestados e vivos."

Assim, identificamos observações referentes ao pronome oblíquo átono bem interessante, a serem ressaltadas como é o caso de o emprego dos pronomes átonos como sujeito do infinitivo. (Neves, 2000: 453), pontuado pela autora como:

a) ser um tipo de construção, entretanto, em que a forma **oblíqua átona** do **pronome me pessoal** ocorre como **sujeito**: é o caso de **sujeito** de uma **oração infinitiva** que constitui **objeto direto** do **verbo** junto do qual o **pronome átono** se coloca como **clítico**, cujos exemplos são: **Deixe-Me falar-lhe de minha felicidade.**

(PRE) (= deixe que eu fale); **Faça-O subir**, *tenha a bondade*. (MP): (= faça que ele suba); *Mas se você, como velha teimosa que é, quer que ela volte ao colégio*, **mande-A voltar**. (I): (= mande que ela volte); *Súbito*, **ouvi-O** quase **gritar**, *o rosto transtornado de felicidade*. (BH): (= ouvi que ele gritava); *Os companheiros, mãos enfiadas no bolso, cigarrões pendidos da boca*, **viram-No desaparecer** a distância, *no campo*. (GRO): (= vi que ele desaparecia);

b) ser o caso de uso do pronome “lhe”, quando assume posição de objeto direto do verbo. (Neves, 2000: 454), em construções onde esse pronome funciona como complemento de verbos que se constroem com objeto direto, não são aceitas como de norma culta; por exemplo: Cruzaram-se, olá como vai **VOCÊ**, nunca mais **LHE vi**, que fim levou (...). (SD); Nunca **LHE vi** desse jeito. Que foi, afinal? (DZ); Quando **LHE vi** fiquei meio sem jeito, mas vi logo que você era pessoa de confiança de madrinha... (DZ); Ora, delegado... o senhor tava era perdido no mato quando eu LHE encontrei... (PD)

Moura Neves (2000) aborda as ocorrências da ênclise, mesóclise e próclise em textos; discrepâncias entre sua abordagem funcionalista, se comparada às posições de Bechara e Bagno, sobre o tema desenvolvido ao longo dessa monografia; razão pela qual nos voltamos para a última gramática por nós examinada.

E: *A Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho (2012) – A sua leitura foi extremamente significativa para esse pesquisador considerar e melhor compreender e explicitar o tema da sua investigação sobre pronomes em PB. Entendemos que se trata de uma obra que, embora deva merecer ainda outras leituras, ela representa um marco nas transformações históricas das publicações brasileiras. Inova, porque propõe um importante debate sobre teorias linguísticas e concepções de língua e também porque está preocupada em dar respostas únicas, mas sim elegantes aos velhos problemas de sempre e, assim procedendo o seu autor orienta o seu leitor a tomar como ponto de partida uma pauta de problemas gramaticais a serem focalizados por vários outros olhares e, assim procedendo, chegar a uma imagem mais rica e matizada da língua. Bagno (2012: 25-26), também faz uma importante consideração da riqueza e abrangência da obra de Castilho:

[...] Além de trazer nos títulos o nome da nossa língua. A obra de Castilho, bem mais volumosa, abrange vários terrenos de investigação: a história da língua e sua implantação em terras brasileiras, um importante debate sobre teorias linguísticas e concepção de língua, morfologia e muita morfossintaxe, semântica e pragmática. A gramática de Castilho é essencialmente uma descrição do português brasileiro urbano culto falado, pois representa uma síntese das várias décadas de trabalho do autor com o *corpus* do projeto Nurc (Norma Urbana Culta), composto exclusivamente de língua falada por brasileiros de cinco grandes cidades (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). Por sua abrangência e pela riqueza de seu conteúdo, a gramática de Castilho é, desde já, um clássico da literatura linguística brasileira”.

Segundo Castilho (2012), os pronomes pessoais são bastante suscetíveis a mudanças, o que se evidencia, sobretudo, em sua modalidade falada, com fortes consequências na estrutura sintática da língua. Observa que o PB atual apresenta os seguintes casos de mudanças, em relação ao quadro de pronomes pessoais oblíquos átonos:

a) mudanças no PB popular que ocorrem com relação ao uso do acusativo *o* – o gramático aponta para o fato de que, na língua portuguesa do Brasil, o acusativo *o* está sendo substituído pela forma única *ele* acusativo, e os aloformes *lo* e *no* derivados do acusativo *o* estão desaparecendo no PB. Em alguns casos, também, vem ocorrendo a omissão do clítico. Cita os seguintes exemplos:

- a.1) Será que vão achá-*lo* / Acharam-*no*? Será que vão achá-*ele*?;  
 a.2) Ainda não vi *ele* hoje / Ainda não  $\emptyset$  hoje. (Castilho, 2012: 479).

Outro processo de mudança que ocorre no PB popular, segundo o gramático, é referente à com a forma não reflexiva *lhe*, que mudou para *li* e ganhou o caso acusativo; exemplo:

- a.3) Eu *li* disse que ficasse quieto / E não *li* vi, eu não *li* conheço. (Castilho, 2012: 479 ).

Esse autor, ainda, considera que a omissão dessa vogal **o** acarreta em um transtorno tanto morfológico quanto sintático, pois,

[...] *Sucedede que a perda fonológica dessa vogal acarreta um transtorno morfológico (aparece uma casa vazia no quadro dos pronomes) e sintático (não temos como representar o objeto direto pronominal). Para resolver tudo, atribui-se a **ele** o caso acusativo, donde, “ainda não vi **ele** hoje”, ou omite-se o clítico, como em, “ainda não  $\emptyset$  hoje”.*

Observa esse linguista estudioso das questões gramaticais, que a perda do clítico **o** é acompanhada de dois ganhos: **ele** e **lhe**, que antes funcionavam como sujeito e objeto indireto, respectivamente, e agora assumem também a função acusativa: *“Uma perda: o clítico **o**. Dois ganhos: **ele**, que já era nominativo, agora é também acusativo; **lhe**, que era dativo, agora também acusativo.”* (cf. p. 480).

Sobre perdas, Castilho (p.480 e 481) informa ao seu leitor que o traço de reflexividade **se**, vem sofrendo uma perda generalizada do traço de pessoa, especialmente, na informalidade da língua falada no PB; por exemplo: Ele **se** conformou-se com a decisão dele.; Sentem-**sem** . O autor coloca que a repetição do pronome **se** e sua nasalização em contexto nasal indicam para a dificuldade encontrada do falante do PB popular, em operar com esse vocábulo. Assim, a perda do traço de reflexibilidade conduziram à várias alterações que afetaram a passiva pronominal:

“[...] A perda de traços do pronome **se**, que culminará com seu desaparecimento (= grau final da gramaticalização), trouxe várias alterações na estrutura da passiva pronominal: (i) seu sentido passivo ficou comprometido, surgindo em seu lugar sentido de indeterminação do sujeito; (ii) desapareceu a concordância do verbo com seu sujeito passivo, agora reanalisado como objeto direto; lembre-se que essa concordância era importante, pois indicava que flores era o sujeito passivo da sentença. Esses fatos aparecem em (p. 60):

Cita os seguintes exemplos, para comprovar a afirmação acima:

- d) Vende-se flores (=alguém vende flores);
- b) Cortou-se os meninos (= alguém cortou os meninos)

Segundo esse autor, é nessa situação de usos que se encontra o PB, em relação á interpretação da voz passiva pelos falantes brasileiros e , conseqüentemente, concordância do verbo com o sintagma nominal no plural que se mantém apenas quanto ao uso do estilo formal.

Observa-se, no que diz respeito à colocação pronominal em PB, que Castilho assim como Bechara, Cunha e Cintra (1985) tratam do tema por meio de um subtópico e, assim procedendo, assinalam para seus leitores haver, no português brasileiro (PB), uma preponderância da próclise, diferentemente do que ocorre no

português europeu (PE). Reitera essa sua posição afirmando que: “Focalizando os tempos modernos, vê-se que o português europeu é predominantemente enclítico, ao passo que o PB é predominantemente proclítico.” (Castilho, 2012: 484).

### **3.3.4 Considerações Finais: em busca de conclusões**

As pesquisas de caráter diacrônico mostraram que nossos clíticos nunca foram tão bem comportados assim. Castilho também se de resultados de estudos desenvolvidos por Salvi (1990), Martins (1994) e Pagotto (1992, 1993). Ao analisar a Colocação dos clíticos no português europeu e brasileiro, conforme tabelas apresentadas por Castilho (cf. p.: 484-485), observa-se que os primeiros três autores constataram, duas grandes viradas na colocação dos clíticos no PE e PB. A primeira constatação ocorre no século XV — século de virada da próclise no PE, atingindo o auge da preferência pela próclise no século XVI – herdadas pelos brasileiros dos colonizadores portugueses europeus. A segunda, ocorre por oposição das regras às regras propostas Gramática Tradicional Contemporânea do Brasil, quando confrontada com aquela de Portugal, ao longo do século XIX e estendendo-se ao longo do século XX, quando o uso da ênclise de faz ostensivo e começa a ser comparado àquele predominante, mas oscilante desde o século XIII. A representação dessa oscilação pode ser assim considerada: oscilação entre ênclise e próclise ao longo dos séculos, ou seja: ênclise > próclise > ênclise.

Segundo Castilho (2012), essa oscilação tem um interesse teórico muito grande, pois mostra que a mudança linguística não tende a um fim, não dispõe de uma teologia, mas ela é um índice para a percepção de ser a língua um fenômeno complexo, multissistêmico. Observa esse mesmo autor que, por meio de suas análises, os linguistas dão ênfase à colocação pronominal na sentença simples e nas sentenças complexas coordenadas, além de examinaram outros fatores, como a natureza do sujeito, o papel temático assumido pelos clíticos na sentença, a ocorrência de atratores. Contudo, os estudos de Castilho apuram dados, ligeiramente diferentes, quando comparados os procedimentos dessas análises uma em relação às outras; o que possibilita considerar não haver discrepâncias entre elas. Mas esse mesmo autor, a saber, Castilho, observa que os estudos sobre a modalidade falada não deixou de ser um complicador para o estudo das regras da norma padrão e da oficial, pois:

“Outro complicador surgiu com a entrada dos estudos sobre a língua falada. É que na modalidade culta desse canal predominam **me** e **se**, observando-se Baixa frequência de **o**, **nos**, **te**, **lhe** (Galves / Abaurre, 1996). Concentrando-se no PB literário. Ane Schei constatou que não existe um modelo único entre os escritores, de que estudou minuciosamente seis deles (Autran Dourado, Rubens Fonseca, Lya Luft, Josué Montello, Raquel de Queirós e Moacyr Scliar). Ela concluiu que há predominância da próclise quando se trata de **me**, e de ênclise quando se trata de **o** (Schei, 2000:147)”.

Nesse contexto ao considerarmos as análises apresentadas ao longo dessa monografia que incidiram sobre cinco gramáticas (cf. p.... a p. ... desse mesmo Capítulo, observamos que, exceção feita à gramática de de Faraco, Moura e Maruxo que evidencia posição extremamente tradicional, ao recomendar que todas as variações da língua devem submeter-se a norma padrão, aquelas que a ela se seguem – Bechara e Moura Neves - são orientadas por uma posição cientificista e são mais flexível para o tratamento do tema, por nós desenvolvido.

Nossa análise postula investigar o atual quadro de colocação pronominal e as regras de colocação pronominal no PB. Para tanto, investigamos esses pontos em cinco gramáticas: três gramáticas prescritivas e duas consideradas gramáticas de usos no PB. A primeira gramática de nossa análise, a “Gramática”, de Faraco, Moura e Maruxo, de evidência tradicional, recomenda que todas as variações da língua devem submeter-se a norma padrão. Ambas, analisam as diversidades encontradas entre o emprego do pronome átono no PE e PB, e constataram que, muito dos “erros” que ocorrem na colocação do pronome átono no PB, é promovido pelo distanciamento do PE — o PE ao forçar as regras compromete a harmonia da frase no PB. Assim, a primeira gramática de usos do PB, de Maria Helena de Mora Neves, inova ao descrever os fenômenos gramaticais efetivos da língua, contudo, o corpus mostra-se mais conservador, ao valer-se de gêneros textuais monitorados da língua escrita, decorrentes da própria seleção textual do corpus. Já em Castilho (2012), encontramos uma gramática bem mais inovadora, que descreve o português brasileiro urbano, culto falado. Castilho, em vez de tomar como referência textos escritos para análise, o autor elege como amostra principal, as manifestações aparentemente mais caótica da língua, a conversação falada.

Ressalta-se as considerações de Castilho (cf. p. 138) sobre as complexidades e as consequências provocadas pelo processo de gramaticalização, que interferem na vida de seus falantes, pois :

“A gramaticalização é habitualmente definida como um conjunto de processos por que passa uma palavra, durante as quais (i) ela ganha novas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas; (ii) transforma-se numa forma presa; (iii) e pode até mesmo desaparecer, como consequência de cristalização extrema”.

Assim, podemos dizer que, quando um sistema (gramática da língua) não dá conta de atender às necessidades de seus falantes, esses falantes, em sociedade, partem dos recursos linguísticos existentes no sistema para (re)criar novos recursos para atender a suas necessidades discursivas: criam-se novos significados, interpretações e estruturas, ou seja, o usuário faz usos de recursos já existentes no sistema para produzir novos sentidos.. Porém, esses recursos linguísticos só passaram a produzir sentido, quando transportados do plano abstrato para um contexto real de usos inscritos em suas práticas textuais discursivas. do discurso. Bagno (2011: 171) afirma:

“Quando ativados pelo falante, no entanto, quando trazidos para dentro do discurso - que é a única manifestação verdadeira da língua -, essas faces secretas assumem um rosto definido, dão a cara a tapa, essa neutralidade se dissipa e dá lugar a uma força direcionada, a uma tomada de partido, que permite a produção de sentido em contextos reais de interação. Gramática e discurso, portanto, se conectam e se interconectam contra o pano de fundo da semântica, ativada pelos motores da pragmática”.

Trata-se de usos em que a língua passa a operar como uma entidade dinâmica, heterogênea e caótica, tal natureza concerne as sociedade características únicas entre elas. Assim, afirmam Evans e Levison (2000: 429): [...] as línguas diferem tão fundamentalmente uma da outra em cada nível de descrição (som, gramática, léxico, significado) que é difícil encontrar uma única propriedade estrutural sequer que elas compartilhem. [...]

Como mencionados em Castilho (2012), a gramática de Bagno (2011), apresenta uma mudança drástica na colocação dos clíticos *o*, *a*, *os*, *as*. Preferencialmente, absoluta do pronome nulo. (cf. p. 195) e, nesse caso, segundo Duarte (1987: 27), existem quatro possibilidades dessa retomada anafórica, quais sejam:

1) Clítico → Deixei o envelope no quarto, você o pega para mim?

- 2) Pronome lexical → Deixei o envelope no quarto, você pega ele para mim?
- 3) Sintagma nominal → Deixei o envelope no quarto, você pega o envelope para mim?
- 4) Categoria vazia → Deixei o envelope no quarto, você pega Ø para mim?

Apresenta-se, abaixo, a título de síntese o quadro dessas retomadas anafóricas, conforme estudos de Bagno, que analisa a língua falada por distintas gerações de falantes do PB.

Quadro 3. Retomada anafórica de objeto de não-pessoa.

FAIXA ETÁRIA	CLÍTICO	PRON. LEX.	NOM.SINT.	CAT. VAZIA
15 a 17 anos	0 %	23,5 %	10,7 %	65,8 %
23 a 33 anos	5,0 %	20,7 %	13,5 %	60,8 %
34 a 46 anos	3,0 %	16,1 %	13,3 %	67,6 %
Acima de 46 anos	5,7 %	15,1 %	18,0 %	61,2 %

Fonte: Duarte(1989:27)

Segundo dados do quadro, acima, demonstra-se que a primeira avaliação demonstrada, no grupo de falantes mais jovens, refere-se à ausência de clíticos na faixa etária dos 15 aos 17 anos; a segunda, está vinculada ao acesso à norma linguística, por pessoas que possuem um grau maior de escolarização e demonstram conhecer melhor o uso desses pronomes - todavia os dados revelam usos bastante raros desse pronomes, por esse mesmo grupo. E por último, a categoria vazia ou pronome nulo, em todas faixas etárias, que aponta a retomada anafórica mais empregada pelos falantes.

Esses dados para Bagno (2011: 195) são fundamentais para adaptar e traçar, estratégias de ensino da língua à realidade do PB:

“[...] estratégias de ensino da língua que levem em conta a realidade do PB e proporcionem de forma mais eficiente o acesso dos aprendizes às regras linguísticas que, mesmo não fazendo parte do vernáculo, têm uso garantido nos gêneros textuais monitorados”.

Assim, há duas tendências já bem incorporadas à gramática do vernáculo geral brasileiro: a explicitação do sujeito e o apagamento do objeto direto. Essas duas tendências para Bagno (cf. p.: 471-472):

“coloca o PB numa posição bastante distanciada da das outras línguas da família românica, incluindo o português europeu. Se o francês é exceção notável por ser a única língua em que a explicitação do sujeito é obrigatória, o PB é ainda mais notável por ser a única língua em que, ao lado dessa explicitação, também ocorre a anáfora-zero do objeto direto de não-pessoa”.

Sobre as normas de usos da próclise, as regras de colocação pronominal no PB, sempre geraram celeumas perturbadores que, impedem, mesmo hoje, um possível cenário linguístico pacífico, Bagno (2011: 760), coloca a razão de todas essas polêmicas: a presença bastante significativa da ideologia colonizadora que paira sobre a cabeça do colonizados:

“[...] como durante muito tempo (e em parte até hoje) as normas gramaticais eram ditada tendo como inspiração a língua literária dos escritores portugueses do período romântico, e como esses escritores, por serem portugueses, reproduziam — obviamente — em seus escritos a sintaxe dos clíticos de sua língua, o português europeu, os defensores empedernidos da “língua portuguesa”, que também sempre foram defensores de um ideal social e cultural elitista e europeizante, perceberam as diferenças entre os usos brasileiros e chegaram à conclusão (perfeitamente coerente com sua ideologia colonizada) de que os usos brasileiros eram errados”.

Os usos dos clíticos, para divertimento das elites, sempre renderam discussões acaloradas, de modo que,

“Como nossa elite letrada (essencialmente branca e masculina) não tinha mais o que fazer, já que seus escravos faziam tudo, escolheu essa questiúncula para promover jogos de salão, em que uns defendiam os usos brasileiros, outros contestavam esses usos, outros diziam que admitiam as inovações brasileiras até certo ponto, outros se recusavam a abandonar as regras portuguesas e por aí foi, tem ido e vai...”. (cf. in Bagno (2011: 760):

Para esse autor, a regra única do PB, não importa o que pensa a elite, , “é o oposto perfeito de tudo o que dizem aqueles que insistem em afirmar que a ênclise é a regra geral da colocação pronominal, [...]”. afirma Bagno (2011: 761). E reitera que os mesmos puristas defensores da “regra geral” e que fazem comentários contraproducentes dos clíticos em início de frase, na página 763:

“[...] que ainda empregam mesóclise, não só deixem passar sem comentários negativos a próclise ao particípio como também a empreguem em seus escritos. Isso só evidencia que a prescrição purista se faz de modo tão subserviente a tradição normativa (e tão cego a qualquer reflexão mais atenta aos fenômenos linguísticos) que aquilo que não aparece codificado -

- ainda que tão “errado” quanto outros fatos registrados - passa como se nem sequer existisse é empregado sem susto e sem sobressalto”.

A essas considerações o autor apresenta o quadro que sintetiza a regra única dos clíticos do PB, a saber:

Quadro 4. Ocorrência da regra única dos clíticos no PB.

REGRA ÚNICA	AMBIENTE SINTÁTICO	EXEMPLO
Nenhum	INÍCIO DE FRASE	<b>Me</b> incomoda muito o comportamento de Ana
	AUX + INFINITIVO	Ana disse que pode <b>te</b> ajudar
	AUX + PART PASS	Ana tem <b>nos</b> ajudado bastante
	AUX + GERÚNDIO	Ana estava <b>te</b> procurando
	AUX ... PART PASS	Ana tinha chegado cedo de manhã e <b>me</b> telefonado
	IMPERATIVO	<b>Se</b> vire para eu ver como ficou a saia

Fonte: Bagno (2011: 763)

Assim, o autor chama essa ocorrência de: próclise absoluta; no entanto, faz algumas restrições quanto ao seu uso, que só ocorre com as formas **me**, **te**, **se** e, mais raramente, **nos**. Quanto o uso dos clíticos **o**, **a**, **os**, **as**, esses são utilizados em início de frase. Logo, em se tratando do uso da próclise absoluta, para os falantes do PB, ele flui de maneira tão natural e intuitiva, que já aparece incorporada a gramática intuitiva de todos nós. Nessa acepção, Bagno (2011: 764) afirma:

“Não é preciso ensinar nenhum falante de PB a usar os clíticos — como não é preciso ensinar a nenhum falante de nenhuma outra língua. Basta deixar fluir livremente a gramática intuitiva de todos nós, que só conhece uma única regra de sintaxe dos clíticos: a próclise ao verbo principal. É perfeitamente legítimo iniciar sentença com os oblíquos! Assim ocorre em espanhol e em italiano, línguas que, como o PB, apresentam clíticos que não são partículas átonas (como em português europeu e em francês, por exemplo), mas sim partículas semitônicas que se sustentam em nenhuma palavra anterior a elas”.

No que se refere aos usos do pronome **lhe**, valem algumas considerações, na língua falada do PB;

- a) o pronome **lhe** é um índice de pessoa que o falante usa para designar sempre seu interlocutor: é um elemento dêitico e não anafórico;
- b) O pronome **lhe** jamais se refere a “ele” ou a “ela”, ou seja; nunca é pronome, referindo a você/tu. Na segunda consideração, o pronome **lhe**, não funciona somente como objeto direto, mas também funcionando com objeto direto na forma acusativa, muito combatida pelos gramáticos.

Ao reiterar considerações de Antenor Nascente sobre o uso no PB do pronome **lhe**. Bagno (2011: 766) observa sobre o fato de Nascente chamar a atenção de seus leitores de ser o **lhe** uma forma de acusativo (isto é, objeto direto) - “sempre na alocação”, ou seja, como já examinamos, na conversa, no diálogo, e “aplica-se sempre a pessoas”, nunca a objetos inanimados”. E conclui seu sucinto, mas valioso estudo dizendo: Qual a conclusão que se deve tirar de todos estes fatos? E responde: a) a de que se emprega equivalentemente a o, a e de que está ganhando terreno cada vez mais.

Nova indagação se segue à resposta dada em a.: Por que então não legitimar de uma vez este emprego? e, assim, responde: b) porque os gramáticos, com seu espírito retrógrado e ultraconservador, a isso se opõem. E concluí: no dia, certamente remoto, em que eles aceitarem o fato consumado, nossa língua (a falada no Brasil) terá feito o que os espanhóis há muito tempo fizeram: pouco importa que o emprego do PB não exista em Portugal. (id., p. 451)

Por fim, cumpre considerar as construções exclusivas da nossa língua, em casos que, os verbos causativos e sensitivos, no emprego de índice de pessoa/não pessoa do caso reto como sujeito do segundo verbo, ocorrem cujas modalidades alternativas de dizer no PB são igualmente válidas e adequadas. Na sequência, duas representações extraídas de Bagno (2011), sobre a colocação dos pronomes clíticos nos verbos causativos e sensitivos. (Bagno, 2011: 991), a saber – sensitivos: a) O que não é preciso ensinar (Todo mundo já fala assim); b) deixa **eu** entrar; c) vi **ele** chegar; d) espere **eu** terminar; e) andei **ela** sair ; f) faça **ele** se desculpar – **causativos: a)** O que é preciso ensinar (poucos falam assim normalmente) b) deixe-**me** entrar; c) vi-**o** chegar; d) espere **que eu** terminei; e) mandei-**a** sair; f) faça-**o** desculpar-se.

Bagno (2011) argumenta que apesar das duas modalidades serem válidas no PB, é preciso fazer certa distinção do que ensinar na escola. No primeiro caso, não há necessidade de ensinar aquilo que, o aluno traz cristalizado e que, portanto todo

mundo já fala. O que de fato a escola deve ensinar é o que o aluno não sabe, e poucos falam, assim, ampliar a capacidade linguística do aluno. Nessa acepção, no último Capítulo dessa Monografia, trataremos de uma possível relação entre estudos gramaticais e propostas de ensino sobre as variedades de usos do português brasileiro e o ensino-aprendizagem de língua materna, privilegiando o ponto de vista de um estudioso sobre questões gramaticais.

Segundo as investigações, parece-nos possível projetar tal possibilidade, desde que sejamos capazes de conceber os conhecimentos gramaticais como recursos para se ensinar a produção de leitura e de composições do texto escrito.

#### **4. ENSINO DE GRAMÁTICA - UMA PROPOSTA NOVA PARA UM ENSINO VELHO**

A gramática tem como objeto de suas investigações a língua, de maneira geral, a língua é um sistema coletivo de sinais que servem de meio de comunicação entre indivíduos pertencentes a uma sociedade. Por sua vez, a gramática procura ordenar este sistema de comunicação humana, postulando ideais coletivos comuns a todos os membros. Assim, definida por Cunha e Cintra “A língua padrão, por exemplo, embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade”. (Cunha e Cintra, 1985:3).

Nas diversas comunidades, há sempre uma variedade social de maior prestígio, resultado das forças coletivas que cobram certa fidelidade de seus membros aos diferentes produtos culturais à qual a comunidade de fala atribui um prestígio maior, em face do qual as demais variedades sofrem discriminação.

Ainda sobre a norma, podemos ver em Castilho (2012) que o conceito linguístico de norma abriga três aspectos: a norma objetiva (ou padrão real), a norma subjetiva (ou a padrão ideal) e a norma pedagógica (ou a padrão escolar). (Castilho, 2012: 90-91.):

O autor comenta que, a norma objetiva é um dialeto social praticado pela classe socialmente prestigiado, irradiando comportamentos sociais e comportamentos linguísticos. No caso do Brasil, o policentrismo cultural acarreta necessariamente uma variedade de normas objetivas: (i) uma norma intraindividual, que pode ser espontânea ou coloquial/refletida ou formal: (ii) uma norma individual, pois há normas para as diferentes faixas etárias da classe de prestígio; (iii) uma norma temática; e (iv) uma norma relativa ao canal. Grandes projetos de pesquisa buscam descrever a norma objetiva, como é o caso, no Brasil, do projeto da Norma Urbana Linguística Culta, voltando para a língua falada culta.

A norma subjetiva é um conjunto de juízos de valor emitidos pelos falantes a respeito da norma objetiva. Rodrigues (1968: 43) define a norma subjetiva como tudo aquilo que se “espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações”.

Se associarmos a norma objetiva e a norma subjetiva, poderemos então configurar a *norma pedagógica*, que é, portanto, uma mistura um tanto difícil de *realismo* com *idealismo* em matéria de fenômenos linguísticos. Da norma pedagógica se ocupa o ensino formal da língua portuguesa, com seus instrumentos de trabalho, a Gramática Normativa e o dicionário. Numa sociedade em rápido processo de mudança como é a brasileira, há uma natural flutuação nas aspirações da classe escolarizada com respeito à adequação em matéria linguística. A isso se associa nosso conhecimento ainda imperfeito da norma objetiva, apesar dos enormes avanços já registrados.

A gramática é um produto de construção social e como toda sociedade eminentemente mutável no tempo e espaço, ocorre que, muitas vezes, esse produto social se submete as forças dogmáticas refletidas em valores sociais. De fato operam no plano social, forças contrárias à variação. “Numa língua existe, pois, ao lado da força centrífuga da inovação, a força centrípeta da conservação, que, contraregrando a primeira, garante a superior unidade de um idioma como o português, falado por povos que se distribuem pelos cinco continentes.” (Cunha e Cintra, 1985: 3).

A Gramática Tradicional, como doutrina, é fruto de uma visão imperialista - o poder concentrado numa pequena elite autoritária - preocupada em criar instrumentos de descrição-prescrição capaz de preservar a língua das “perversões” populares.

Bagno (2011: 440), sobre o ensino da Gramática Tradicional:

“[...] não tem cabimento o ensino de gramática, tal como tem sido feito tradicionalmente, como apreensão de uma nomenclatura fixada há mais de dois mil anos, num ambiente sociocultural, geográfico, ecológico, político, religioso etc. completamente diverso do que é o Brasil do século XXI, [...]”.

No próximo capítulo iremos abordar o ensino reflexivo da gramática, nas escolas de grau fundamental e médio. Para nossas considerações, iremos nos valer das importantes contribuições da obra de Carlos Uchôa, “*O ensino da gramática: caminhos e descaminhos*”. Uchôa aponta para um contrastante cenário, ao que concerne, o ensino de língua no Brasil. De um lado, ainda, as escolas de grau fundamental e médio, em sala de aula, apregoam um ensino, referente à gramática, absolutista, taxionômico, discriminatório, e como única variante de prestígio social.

Do outro lado, as correntes linguísticas, e grande maioria de estudiosos, posicionam-se a favor de que, o ensino de Português deve privilegiar o texto, focalizando gêneros diversos. Naturalmente, para atender as mudanças ansiadas pela sociedade pós-guerra, passou-se a privilegiar o coloquial, o espontâneo e o expressivo, com reflexos no ensino da língua. Ideia esta, bem disseminada e aplicada, por boa parte do professorado, contra o ensino da gramática normativa.

O autor assinala novas perspectivas, importante, para o ensino da língua, relacionando a gramática com a produção e a compreensão do texto. Deixa claro, também, que, tanto a gramática normativa, a gramática descritiva e a de texto, apresentam suas especificidades, idiosincrasias que a cada uma cabe. Mas aponta que, em um dado momento, essas especificidades, se imbricam, auxiliando a ampliação da gramática-objeto (internalizada) inerente a cada um de nós.

Em distintos países e época, nos diz Uchôa (2007), o lugar que ocupa a gramática no ensino da língua oscilaram e ainda oscilam entre dois polos: os que julgam que a língua se aprende por observação e práticas constantes e os que creem ser imprescindível o conhecimento da gramática para uma prática eficaz do sistema linguístico em suas várias possibilidades expressivas.

O que vemos é uma polarização de forças agindo sobre a língua; de um lado encontram-se as forças centrípetas puxando a língua para o centro, procurando conter seu natural impulso de mudança. E do outro, as forças centrífugas, que impulsionadas pela variação linguística, promovem as mudanças ininterruptas da língua.

E, por incrível que possa parecer, a instituição social que deveria garantir o processo natural de transformação da língua, é a primeira a refreá-la. Bagno (2011: 125) afirma:

“[...] é a escola, o sistema formal de ensino que, em todos os seus níveis, tenta dar aos cidadãos (ou a alguns deles, no caso de sociedades marcadamente desiguais como a brasileira) uma educação sistematizada, programada de acordo com currículos definidos pelas instâncias sociais. A escola tenta veicular uma cultura que está geralmente associada com as camadas sociais privilegiadas e, por conseguinte, transmitida na roupagem de uma “língua” considerada “cultura” ou “exemplar”.

A escrita, por sua vez, exerce um papel fundamental no processo de discriminação e repressão linguística, ocasionada pela normatização da língua. Por

forças hierárquicas de poder e controle social, a escrita, historicamente, se consolidou entre as classes dominantes da sociedade. Bagno (2011: 126) afirma:

“As sociedades que são fortemente grafocêntricas, isto é, em que a cultura escrita é onipresente e supervalorizada, são também aquelas que ostentam instituições com grande poder centrípeto sobre as forças de mudança da língua.”

Por outro lado, quanto menor for à atuação e a influência da escrita, o que significa dizer, menor influência de agentes; escola, estado e meios de comunicação, maior e mais rápido será a atuação das forças centrífugas. Tais forças são impulsionadas, ao longo do tempo, pelo processo de variação linguística que garante as mudanças ininterruptas da língua e promovem as formas inovadoras. No entanto, Bagno (2011), aponta para o fato de que, uma forma inovadora, não deixará de sofrer uma avaliação negativa, dos grupos considerados socioeconômicos dominante, mas quando a forma inovadora deixa de ser avaliada negativamente, é porque a forma deixou de ser considerada um erro e passou a nova condição social, plenamente aceita pela comunidade linguística.

Tradicionalmente, o ensino de Língua Portuguesa no Brasil, por razões históricas, esteve sempre mais voltado para os conteúdos gramaticais, uma atitude, em geral, negativa no tocante aos próprios limites que o ensino da gramática se apóia. Ao seu normativo constante, tantas vezes fator de discriminação e repressão linguística, entre os que falam bem a língua dos que falam mal. Assim, predomina na tradição a discussão e, muitas vezes, a condenação, por exemplo, do emprego de uma concordância, de uma regência ou de colocação pronominal.

Muitas vezes, o ensino da gramática tradicional, impede as múltiplas possibilidades de variação e expressão que a língua oferece. Crítica enfatizada por Bagno (2011), “[...] Por isso, não tem cabimento “ensinar gramática” na escola, principalmente se esse ensino for sinônimo de memorização acrítica da nomenclatura a frases artificiais, desprovidas de sentido” (Bagno, 2011: 77).

Continua o autor dizendo que esse sentimento de recusa à tradição, está ligado, muito mais, a argumentos que buscam mostrar a riqueza da língua viva e da miséria intelectual que é tentar reduzir a língua em definições estanques e taxonômicas, do que propriamente querer “reinventar a roda”.

Segundo Uchôa (2007), na última década do século XX, O Estado (MEC) intervém, por meios de programas específicos de avaliação do material didáticos (PNLD), com intuito de promover uma nova concepção do que seja “ensinar língua materna”. As Coleções didáticas privilegiam, claramente, os manuais que ofereçam ao aluno textos diversificados e heterogêneos, representativos do mundo da escrita contemporânea.

Paralelamente, foi-se ampliando, entre professores de Língua Portuguesa e Linguistas, a referida atitude negativa em relação ao ensino da gramática, mais frequentemente contra o ensino da gramática normativa, visto como “restritivo”, “limitante da criatividade”.

Neste cenário atual, o professor encontra-se numa situação bastante incômoda, desconfortável. O conteúdo programático que é ainda exigido pelas escolas e por muitas famílias é o de tópicos gramaticais. Ademais, em muitos colégios, há uma separação rígida entre as aulas de gramática e aulas de redação, com professores distintos, o que reforça institucionalmente o destaque de ser atribuído ao estudo da gramática como conteúdo autônomo. Entretanto, as opiniões de respeitados estudiosos, a grande maioria, posicionam a favor de que o ensino de Português deve privilegiar o texto com as novas contribuições da Linguística atual, focalizando gêneros diversos.

Contextualizar um programa engessado pelo estado é o grande hercúleo do professor, que luta contra um discurso contemporâneo, quase unívoco, contra o ensino da gramática.

Uchôa (2007) comenta que, o professorado assume uma posição de perplexidade diante dos novos rumos apresentados para o ensino de Português. Abaixo, um texto de Neves (1990, p. 8), que traduz muito bem a confusão e desorientação reinante ao ensino da gramática. (Uchôa, 2007: 21):

#### “Mundo” da Gramática

Meus alunos, nada de gramática normativa. Já se falou o suficiente, por aí, para que ninguém se ponha a destilar as abomináveis regras de boa linguagem. Seria bom se eu pudesse simplesmente ensinar gramática normativa, porque ela lhes daria as normas que lhes permitiriam falar bem, que é o que (eu acho, mas não digo) é meu dever fazer. Mas isso, *não pode!* Afinal, tenho ouvido em meus Cursos

de Treinamento que saber a língua não é saber gramática. E mais que gramática não é regra de bem-dizer. E, por isso, não sei bem o que faço aqui dando aulas de gramática. Se a ensino para que vocês saibam escrever bem e corretamente, mas não posso dar normas, por que as aulas de gramática? Mas a gramática está no Programa e está nos livros didáticos. Vamos a ela... seja como for: apesar da pouca graça que tem, e, especialmente, apesar de eu não saber muito bem o que ela é.

Uchôa (2007: 22) aponta para o desconhecimento do professorado, sobre as reais diferenças entre a gramática normativa e gramática descritiva, e que muitas vezes impossibilita avanços mais significantes na prática docente:

“A distinção entre gramática normativa e gramática descritiva não parece ter sido compreendida. Daí o desalento pelo ensino da Gramática, o desestímulo para despertar no aluno a curiosidade intelectual para tal estudo, que reflete o desestímulo, não sem razão, há dois decênio, vários estudiosos vêm procurando responder indagações sobre: a sua real validade, no que concerne o ensino gramatical, como orientar a sua prática pedagógica. Evidentemente que tais estudos, entre tantos outros, são desconhecidos da maior parte do professorado brasileiro, que deles, pois, não tem podido se valer, para repensar o ensino gramatical e nele vir a introduzir alguma mudança mais significativa”.

Uchôa vale-se da tricotomia de Coseriu<sup>7</sup> (1980), para validar e destacar a importância da gramática ao ensino da língua. Então, para consolidar sua proposta, o autor destaca as bases da tricotomia de Coseriu (1980). A primeira delas é o saber elocucional, o saber da língua em geral, a própria fala, vale para todas as línguas. O saber expressivo, o falante coloca-se adequadamente ou inadequadamente numa determinada situação, o objeto da fala é sempre determinado pelo destinatário. E por fim, o saber idiomático, é o saber que quando adquirido pelo falante, possibilita determinar o que é certo ou errado dentro de um sistema, inclui o domínio das regras gramaticais.

---

<sup>7</sup> Com base nos estudos de textos consagrados, o linguista romeno Eugenio Coseriu (1922-2002) estabeleceu, em relação ao emprego dos signos linguísticos, os conceitos de alteridade (a linguagem sempre se dirige ao outro), materialidade (a linguagem apresenta intrinsecamente sons e letra ou ideogramas) e historicidade (as línguas se transformam ou evoluem ao longo do tempo). Coseriu é um dos mais importantes estudiosos da sociolinguística, considerado por muitos seu precursor. (Dalefi, 2008: 32).

Uchôa deixa claro, que a importância da gramática para o ensino de língua, ocorre de maneira gradativa e direcionada durante o processo escolar dos estudantes. À medida que os estudantes passam a ter consciência das amplas variedades dos recursos linguísticos, é neste momento que, as capacidades começam a se desenvolver, para formação de leitores e produtores de textos mais competentes.

Seguramente é absurdo supor que não se fala uma língua até que se escreva sua gramática. Para Bagno (2011: 96-97), esse tipo de afirmação além de preconceituosa denota certa ignorância linguística de quem a profere:

“Todo e qualquer ser humano dotado de suas plenas capacidades físicas e mentais é perfeitamente capaz de falar e de falar bem. O cérebro humano é extremamente organizado, de modo que, ao contrário do que tanta gente pensa, é simplesmente falar sem obedecer a regras gramaticais. O problema está em acreditar que as únicas regras gramaticais são as poucas, pouquíssimas, descritas (mal descritas) e prescritas pela tradição gramatical. Se alguém falasse “sem gramática” não conseguiria se fazer entender - e nem a pessoa mais preconceituosa vai poder que um enunciado como “nós chegou lá e os home já tinha ido embora” é incompreensível porque supostamente, não apresenta concordância nem obedece estritas regras morfossintáticas”.

Continua Uchôa (2007), a gramática, por si só, não é suficiente para a aprendizagem prática da língua, porque saber falar uma língua não é só dominar as regras correspondentes a esta língua. Mas saber falar uma língua pressupõe ainda o saber elocucional e o saber expressivo, na tricotomia, ao lado do saber idiomático, proposta por Coseriu (1980, cap X e, especialmente, 1922). O saber elocucional corresponde ao saber falar em geral, independente da língua, ou seja, um saber válido para todas as línguas. Já o saber expressivo corresponde ao saber organizar textos em circunstâncias determinadas. De acordo com o saber expressivo, uma expressão linguística já será adequada ou inadequada em relação ao destinatário, ao objeto do ato da fala e a uma situação específica. Perguntar a alguém, sabidamente de baixa escolaridade, se a dor que está sentindo é “intermitente”, é certamente ter um comportamento inadequado ao interlocutor. No que se reporta ao saber idiomático deve-se distinguir a adequação da correção, tantas vezes confundidas. A adequação reporta-se ao falar em dada situação, enquanto a correção diz respeito ao domínio do saber idiomático, incluindo, pois, o das regras gramaticais. *As estruturas As moças bonitas e As moças bonita* coexistem na língua;

cada estrutura assume sua adequação própria aos seus grupos sociais, a primeira é própria do nível culto, a segunda do popular. No entanto, uma pessoa culta falará incorretamente se vier a dizer, por exemplo, “cidadões” ou “se eu querer”, pois estes exemplos não são condizentes com a norma a ser utilizada por uma pessoa culta.

A atividade linguística, por ser justamente atividade, atividade livre e finalística, exige, para o falante saber ler e produzir textos diversificados, o que não significa que a gramática deixe de ter a sua inegável utilidade. Pode-se dizer que, ao longo do ensino fundamental, quando a aprendizagem deve assumir caráter eminentemente prático, através da produção e interpretação de texto, visando, pois, a alargar o conhecimento da língua, e não sobre a língua, o lugar da gramática será secundário. Já no ensino médio, última oportunidade que se oferece ao alunado de adquirir um conhecimento mais reflexivo do sistema da língua, o ensino da gramática deve, em princípio, passar a ocupar um lugar mais importante, de maneira que os estudantes possam terminar seus estudos com maior grau de consciência da ampla variedade dos recursos da língua, num trabalho bem dirigido de sistematização gramatical.

Pode-se dizer, ao ensino do saber metalinguístico, com suas definições, classificações, descrições ou prescrições, e a um ensino ainda normativo absolutista, o ensino gramatical tem-se mostrado comprovadamente improdutivo, por pouco contribuir para a maior eficiência da prática da leitura e da produção textual, e enfadonho mesmo, pela sua previsibilidade, com tópicos gramaticais reiterados ao longo de todo o processo escolar.

O autor comenta as confusões causadas pelos vários adjetivos atribuídos à gramática. E vale-se para tanto, mais uma vez, do linguísta romeno Coseriu (1980), Demonstrados nos dois conceitos fundamentais de gramática: gramática-objeto e gramática como metalinguagem. Com base nos três níveis de linguagem: o universal, o histórico e o individual, o autor vai explanando a importância de conciliar o conhecimento daquilo que o aluno já tem internalizado, o conhecimento do seu próprio universo social, com o conhecimento reflexivo da língua, suas estruturas sociais, a norma padrão, as diversidades dos recursos expressivos em um nível mais elaborado da vida social.

Esses dois níveis de língua, quando conciliados, devem garantir ao estudante, uma atitude mais crítica, em relação a sua própria linguagem, de suas experiências de como falam e escrevem e daí aprender a diversificar os recursos expressivos.

Então, os estudantes partem do conhecimento formal adquirido na escola, somado com o conhecimento que o aluno traz, tendo como objetivo claro empregar os novos recursos na prática social.

Mais uma vez, Uchôa (2007), procura validar o papel fundamental que, a gramática tem no ensino da língua. Uma vez que o ensino da gramática normativa predomina na aprendizagem prática da língua, é de supor que ela procure transformar o saber linguístico dos estudantes — gramática objeto, numa linguagem mais diversificada e eficaz.

A gramática sabe-se, passou a ser nomeada, com o desenvolvimento dos estudos linguísticos, através de vários adjetivos, não deixando de causar compreensiva confusão entre muitos professores: normativa, descritiva, estrutural, gerativa, funcional, de uso, teórica, geral, internalizada entre outras denominações.

Com base nos três níveis de linguagem, preconizados por Coseriu, o universal, o histórico e o individual (1980, cap. 10), ter-se-á, respectivamente, em relação à disciplina gramática: a gramática geral ou teórica, a gramática descritiva dessa ou daquela língua, e a análise gramatical de determinado texto.

Cabe a uma gramática geral fundamentar uma teoria gramatical, cujo propósito consiste em definir as chamadas partes do discurso, as categorias, as funções e os procedimentos gramaticais. Já uma gramática descritiva, orientada por postulados teóricos, é que irá dizer, por exemplo, se certa categoria se acha ou não representada numa língua e, em caso afirmativo, precisar-lhe as formas de expressão e as funções que pode desempenhar. Por fim, no nível individual, que é o nível do texto, a tarefa da gramática é a análise, ou seja, precisar os valores gramaticais. Será sempre no nível do texto que iremos precisar seja o valor ou aceção do tempo e modo de uma forma verbal, de um artigo, de um possessivo, de um pronome pessoal átono, de um adjetivo, de interrogação, etc.

Os dois conceitos fundamentais de gramática, Coseriu (p.30-31) são os de gramática objeto, que pressupõe um saber interiorizado, manifestado no falar, e gramática como metalinguagem, que tem como escopo a descrição da gramática objeto.

A gramática descritiva visa documentar e a investigar qualquer variedade de uma língua, das distintas maneiras *de como se diz*. Já a gramática normativa, que também descreve, se distingue da gramática descritiva, uma finalidade didática, já

que intenta indicar *como se deve dizer* segundo a norma que se escolheu como padrão.

Nenhum falante identifica gramática com texto, ainda que não saiba dizer o que por aquela e por este. Mas o falante médio já intui certamente que o texto não é construído apenas pela gramática. De fato, obedecendo sempre os princípios universais do pensamento e ao conhecimento que o homem tem de certo tema ou objeto, o que nos permite interpretar o dito ou escrito como congruentes.

Aprender uma língua não é apenas aprender suas regras, certamente a sua propriedade mais surpreendente, ou seja, utilizar de certa maneira sequências de palavras com objetivos específicos de comunicação.

De sorte que o que é textual longe está de ser necessariamente gramatical. Se o que é textual não tem de ser gramatical, também o que é gramatical não tem de ser textual. Contudo, deve haver uma conexão sim entre ensino de gramática e ensino de produção e compreensão de textos, mas é necessário, antes, ter o conhecimento fundamentado da oposição entre gramática-objeto e gramática como metalinguagem, com delimitação, sobretudo, do campo de estudos desta última, que não deve comportar nem a descrição do léxico, nem muito menos ser identificado com a construção global do texto.

Segundo Uchôa (2007), a criança, ao ingressar na escola, já domina, já tem internalizadas estruturas gramaticais complexa, próprias de sua origem regional e de seu meio social. Ela vale-se de vários recursos sofisticados na construção de enunciados complexos. Muito dessas estruturas são frequentemente estigmatizadas, logo de início, pela escola. O professor deve procurar apreender e compreender como seus alunos empregam a sua gramática-objeto, em lugar de tentar, deliberadamente, transformar, corrigir a fala deles, impondo-lhes logo, na escrita, a norma de prestígio. O objetivo inicial das aulas de Português não é, então, levar as crianças a substituírem o seu dialeto por um padrão culto escrito.

O compromisso do ensino de língua deve ser sempre o da ampliação da competência comunicativa do aluno, aproveitando o que o aluno traz na sua gramática-objeto e buscar ampliar suas competências que serão manifestadas nas diversas atividades pedagógicas propostas. A atenção da criança pode ser despertada, em cada um dos seus textos, para um ou outro fato da língua em que se dê a oposição entre o padrão culto e o popular. Inúmeros fatos que espelharam a gramática internalizada desses alunos em contraste com a do padrão culto, devendo

a ação pedagógica concentrar-se mais nesses fatos, pois constitutivos de uma norma que não é a padrão preconizado pela própria escola.

Uchoâ aponta para uma orientação linguístico-pedagógico mais pertinente, é de levar os alunos a refletir sobre o já sabido, para aprender, em seguida, valendo-se sempre que possível, da gramática contrastiva entre as duas variedades (a popular e culta), regras que não sabem, ou que dominam ainda precariamente, até a utilizarem estas conscientemente, em situações próprias, com a aplicação da gramática internalizada com que chegaram à escola.

Não parece difícil para Uchoâ (2007) determinar que gramática descritiva ou normativa, deva ser ensinada nos graus fundamental e média. Na medida em que predomina a aprendizagem prática da língua, na produção de um texto escrito, pode-se valer mais da gramática normativa, sobretudo, nas diferenças entre variedade cotidiana dos alunos e a padrão, sem, evidentemente, nenhuma postura de correção, estigmatizadora em relação à expressão dos discentes, apenas levando-os a observar oposições entre dois níveis de língua.

O grande objetivo é conduzir os alunos, ainda na fase inicial da educação linguística formal, a aprender a diversificar os seus recursos expressivos. Valendo-se de sua própria linguagem, de como falam e escrevem, tornando, deste modo, a prática da diversidade das ocorrências gramaticais uma operação corriqueira da sua atividade linguística na escola, com objetivo maior de poder transferir esta diversidade para sua vida social.

O que importa é não pensar que tudo o que é gramática diz ou prescreve o que deve ser ensinado à letra, com a sacralização que ainda recai sobre a gramática. A atitude crítica é sempre imprescindível. Mas a gramática normativa, como qualquer gramática, é também gramática de certa norma linguística, no caso, é amplamente sabido, da norma que goza de maior prestígio sociocultural na comunidade, por isso mesmo chamada de norma-padrão. Segundo Mattoso Câmara, “Serve para as comunicações mais elaboradas da vida social e para as atitudes superiores do espírito”.

Fica claro, na obra de Uchoâ, que a gramática normativa tem seu lugar bem definido no ensino, mas o professorado não deve limitar o conceito de gramática a um papel apenas prescritivo. Muitos professores vêm procurando substituir aulas de gramática normativa por aulas de gramática descritiva, atendo-se a uma mera preocupação metalinguística, longe, de contribuir tal orientação para mostra como a

língua se estrutura e funciona e para capacitar melhor o desempenho linguístico dos alunos. Portanto, a metalinguagem assim cobrada dos alunos passa a ser praticamente a finalidade no ensino, com o que se dá uma evidente distorção dos objetivos deste, pois, o que nele deve prevalecer, ao longo das escolas de grau fundamental e médio, é procurar tornar o saber linguístico dos alunos, a sua linguagem mais diversificada e eficaz.

Afinal, atividade linguística é, a gramática internalizada que por ela se manifesta, está sempre presente, em todos os lugares e momentos, aberta à possibilidade de pesquisa, desde o início da vida escolar, ainda que para confirmar o que já tenha sido estipulado em regra.

Uma gramática descritiva sabe-se, não tem nenhuma pretensão normativa. Vai-se contra o autoritarismo tradicional absolutista, que defende um preceptismo inflexível inaceitável. Vai de encontro também à negação de formulação de regras, à orientação de “deixar a língua em paz”. O gramático descritivista não tem a função de apontar erros, mas não tem de se ater à mera constatação da coexistência dessas formas. Pode e deve ir além, levando em conta, acerca dessas estruturas, não apenas que uma delas foi utilizada, mas descrever também quem utilizou ou quando a utilizou.

No âmbito de um ensino descritivo, cabe registrar as ocorrências linguísticas mais típicas dos personagens de distinto perfil social, com a constatação, pois, dos diversos modos de dizer de mais de uma língua funcional, não deixando, assim, de propiciar também aos alunos uma perspectiva sociolinguística do discurso dos falantes com base no texto.

Em geral, as gramáticas descritivas não parecem ter alcançado maior penetração nos Cursos de Letras e, assim, maior peso na formação linguística do futuro professorado de Língua Portuguesa. Tendo pouco acolhimento pelo professorado universitário e secundário.

Uchôa (2007) destaca a importância da gramática em relacionar-se frequentemente com a produção e compreensão de texto, sem perder a sua validade - finalidade de ensinar a realizar com eficácia a atividade linguística. Podendo no estudo de um texto analisar sua mensagem global, desmontando as partes da operação, para análise do pensamento contido.

Se a gramática é uma disciplina já em si complexa, muitas vezes se fará necessário reduzir tal complexidade, sobretudo no seu plano teórico, mas sempre

com cuidado de não se chegar ao falso. O nosso ensino gramatical, por ênfase a metalinguagem, chega a privilegiar, improdutivamente, as definições gramaticais.

Saber uma língua é também saber o que possa ser dito. A clássica distinção coseriana entre sistema e norma: sistema reitere-se, como conjunto de possibilidades de que se pode valer o falante para se expressar em uma dada língua, e norma como o conjunto de formas que correspondam ao que habitualmente se diz no grupo social.

A gramática não deve, pois, constituir um conteúdo ou uma disciplina autônoma no ensino da língua, e sim relacionar-se frequentemente com a produção e compreensão textual. Numa aula de leitura, o objetivo é a apreensão do sentido textual, ao passo que, numa aula de gramática, o objetivo, é, na verdade, o estudo de certos recursos utilizados para o alcance do sentido visado, a pontuação, a formação de palavra, a ausência de forma verbal numa frase nominal. No que concerne à nomenclatura, insistimos em que ela vá sendo apresentada gradativamente.

Falando de análise gramatical, não podemos deixar de falar na análise sintática, cujo valor no ensino da língua, durante algumas décadas do século passado, foi hegemônico, o principal conteúdo das aulas de Língua Portuguesa.

Pode-se dizer, então, que a análise sintática era considerada um fim e não como meio no ensino da língua. O predomínio da análise sintática favoreceu a ênfase dado a metalinguagem, a certa mecanização taxionômica, levando os alunos a um processo de classificação.

Não se pode deixar de reconhecer que, de uns anos para cá, a análise sintática vem sendo menos exigida nos vestibulares e concurso. É importante ressaltar que ela não perdeu sua validade, a priori, para aquela finalidade única do ensino da língua: ensinar a realizar com eficácia a atividade linguística. Ela pode ser no estudo de um texto, que é portador de uma mensagem global, uma espécie de operação de desmontagem do pensamento aí contido, para analisar as suas partes e a disposição e entrosamento.

“Transportar para a consciência reflexa essa análise global e instantânea, que se chama inteligência da frase” Melo (1967:17-18 apud, Uchôa, p. 91).

Se a escola tem a função sine qua non de ensinar, é nítido que os objetos do ensino devem ser coisas que os estudantes ainda não sabem. A escola é, antes de qualquer coisa, lugar de prática de socialização. Ao entrar na escola, o aluno entra

em contato com diversas comunidades, outros modos de ser, outros jeitos de falar, outras redes sociais. A escola é responsável por estabelecer a relação entre cada aprendiz e o Estado, responsável, também, pela educação de seus cidadãos, mesmo que se trate de escolas privadas.

A gramática tem um papel importante no ensino da língua, se bem fundamentado os princípios e caminhos a trilhar. Caminhos que passam à ampliação do conhecimento reflexivo do já sabido e do aprendido. Não há como não relacionar a gramática com a produção e a compreensão do texto.

Não há mais espaço para o ensino absolutista, taxionomias que pouco contribuem ao conhecimento reflexivo, sobretudo, se a busca for ampliar os meios expressivos do alunado.

Ampliar os meios expressivos é dar ao aluno a possibilidade de reflexão da sua própria língua, prolongada no mundo real. Tal pensamento comunga Henriques (2009), “Pensar a língua portuguesa, transitiva e intransitivamente, nas perífrases e nas paráfrases, nos paradoxos da vida. Onde está a língua que o professor apresenta nas suas aulas? De onde vem o que vai mostrar para o aluno? Vem de uma lista, de uma tabela, de um glossário, de um receituário? Ou vem do jornal, da televisão, do futebol, do cinema, dos bares, da música e da literatura? Vem do palavrão e do elogio? Da declaração de amor ou da declaração de renda? Ó mulher rendeira... essa língua portuguesa! Por que só ensinar a fazer renda? Bom mesmo é namorar.” (Henriques, 2009: 11).

É importante que, cada vez mais, o professorado promova aos estudantes a reflexão sobre a língua e a linguagem (a metalinguagem), de modo a permitir o percurso uso-reflexão-uso. Implica que tais atividades epilinguísticas, só podem ocorrer a partir de textos autênticos, falados e escritos, dos quais se possa depreender o funcionamento da língua na construção de sentidos e a interação social.

Reforçando a necessidade que o aluno precisa aprender a internalizar as regras da língua por meio do uso efetivo. A escola deve proporcionar sequências didáticas voltadas às diversas situações do uso. Assim, um ensino de língua materna deve ser contextualizado, cheio de significados e principalmente voltado às verdadeiras coisas da vida.

#### 4.1 Aprendizagem Baseada em Problemas

No segundo semestre, do curso de especialização em língua portuguesa, na disciplina, Didática do Ensino Superior, foi proposto aos estudantes pela professora titular do curso a seguinte ABP:

Carolina é doutora em Língua Portuguesa e presta concurso para docência na Universidade Delta na qual a formação dos professores é fundamentada na abordagem/concepção PBL/ABP. Foi aprovada na prova escrita passando para a segunda etapa do concurso, a realização de uma prova didática. O tema sorteado é elaborar um problema que relaciona, **integre as escolas literárias** contempladas na Literatura Portuguesa e/ou Literatura Brasileira, Linguística e Língua Portuguesa.

Numa ABP, como trabalhar o uso de diferentes níveis de linguagem numa abordagem interdisciplinar com o enfoque no ritmo lusitano e brasileiro.

Feita a apresentação da ABP, ficou a cargo de cada grupo desenvolver uma proposta que integrasse os três campos do saber: Literatura, Linguística e Língua Portuguesa, com o intuito de aumentar a competência linguística do estudante. O primeiro passo do nosso grupo foi definir o tema, “A eufonia em nossa língua”, utilizada tanto na literatura quanto na língua. A escola literária escolhida foi o Modernismo. E com a Língua Portuguesa optamos em trabalhar com a colocação dos pronomes oblíquos átonos observados na norma culta, e para a norma coloquial temos a linguística.

Segue a proposta do nosso grupo com o tema: “A eufonia em nossa língua”

Às sextas-feiras, a noite os alunos do curso de letras da Universidade Delta, se reúnem, costumeiramente, para um encontro musical. Várias são as canções interpretadas. Um professor catedrático em língua portuguesa observou que em várias canções não são observadas a norma culta da topologia pronominal, mormente na colocação do pronome átono no início das melodias.

Então, partimos do pressuposto que, se o ensino da língua deve vincular-se ao ensino da literatura, o da linguística deve ao ensino desta, uma vez que a interpretação de um texto literário é feito com base nas possibilidades, nas virtualidades linguísticas nele realizadas, atualizadas. A linguística que examina as possibilidades da linguagem concretamente realizáveis e/ou realizadas na literatura é complementar da ciência da literatura. A simbiose desses dois pontos de vista

concretiza-se na linguística do texto, linguística que estuda o sentido e a estruturação do sentido.

Se um poema se faz com palavras, a literatura é a arte da palavra e pela arte da palavra se afirma a língua da comunidade, pois esse patrimônio comum é o instrumento de que se vale o artista para criar a sua arte, pressupondo da parte dele, uma escolha entre as possibilidades de expressão que se apresentam na língua. E, quando se seleciona da Língua as palavras na comunicação, muitas vezes se é levado, em nome da expressão, a um afastamento das normas da língua. Pelo poema:

O conhecido poema de Oswald de Andrade é um bom exemplo de transgressão da regra que afirma nunca poder iniciar uma frase com o pronome pessoal oblíquo átono.

“Pronominais”

Dê-me um cigarro  
Do professor e do aluno  
E do mulato sabido  
Mas o bom negro e o bom branco  
Dizem todos os dias  
Deixa disso camarada  
Me dá um cigarro.

Para Oswald se a matéria prima é a realidade, toda palavra é possível em um poema. Sendo, *“A arte imitativa escolhe, procurando reproduzir o geral e o necessário; sob as aparências exteriores, ela descobre a essência interna e ideal das coisas – tais quais são ou parecem ser ou tais quais devem ser; ela completa assim a natureza que muitas vezes não conclui sua obra”*. (Aristóteles, Arte poética: 16)

Ainda que a norma padrão classifique como “errada” a próclise em início de frase, algumas formas linguísticas presentes há muito tempo na fala e escrita (inclusive na literatura) dos brasileiros urbanos letrados, é preciso reconhecer que elas ocorrem com frequência. Aliás, é exatamente essa mutação que ocorre na língua que caracteriza sua evolução.

Também Manuel Bandeira admite a contribuição da linguagem popular:

A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros

Vinha da boca do povo na língua errada do povo

Língua certa do povo

Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil (...)

Teoricamente, as regras resultariam da observação do uso, ou seja, as regras seriam mera constatação do uso. Se o uso é “Ninguém me ama”, e não “ninguém ama-me”. E por que se diz “Ninguém me ama”? Simplesmente porque a colocação pronominal obedece à harmonia da frase.

A eufonia, ainda que não vitoriosa na língua exemplar, sobretudo na sua modalidade escrita, esse princípio é, em nosso falar espontâneo, desrespeitado, e, como diz Souza da Silveira, em alguns exemplos literários, a próclise comunica “à expressão encantadora suavidade e beleza”.

A questão do aspecto diferencial entre a sonoridade lusitana e a brasileira faz convergir para os processos fonológicos de *reforço* (ou fortalecimento) que fazem parte do eixo pragmático, por visarem à preservação da estrutura fonológica e serem, portanto, favorecedores do ouvinte, e para os de *redução* que se inserem no eixo sintagmático, favorecedores que são do falante, uma vez que visam a maior facilidade articulatória (a chamada *lei do menor esforço*):

**Explicar** – numa retomada ao estabelecido por David Spencer em *A Dissertation on Natural Phonology*, edição de 1973 acima referenciado – a existência ou não da dicotomia básica do ritmo linguístico do Português do Brasil – ritmo silábico/ritmo acentual – sob a égide da observação de processos fonológicos de redução e de reforço, verificando a existência ou não de uma relação entre a classificação tipológica de uma língua quanto ao ritmo e isso no contexto - viabilizado pelo poema acima transcrito – da aplicação dos procedimentos poéticos de Oswald de Andrade consubstanciados no movimento literário ao qual se engajou.

## CONCLUSÃO

Ao final das pesquisas e análises feitas neste trabalho, constatamos que a proclitização em início de oração não é uma novidade, e tão pouco é uma corrupção do português falado atualmente no Brasil, como apregoam os gramáticos. Verificamos que, em diversos momentos da língua portuguesa, a próclise em início de oração, mesmo contrariando a norma padrão, permanece em maior ou menor medida, como uma opção para o falante do português.

Considerado o tema investigado, no que se refere ao objetivo a ser alcançado, quando o pesquisador assumiu um ponto de vista histórico para se reportar à literatura do período conhecido como Trovadorismo, constatamos a existência de próclise pronominal em início de oração, revelando um uso variável desses pronomes na lírica e prosa do português arcaico. O mesmo ocorreu com a colocação pronominal na carta de Pero Vaz de Caminha. No entanto, a norma padrão que prescreve haver apenas uma única forma correta de colocação pronominal em início de oração; todavia não é a versão que se encontra nos estudos históricos da língua portuguesa, sobretudo nos períodos analisados em nosso trabalho.

Ressalta-se que, para tratar da questão dos clíticos pronominais propriamente mencionados, foi preciso antes abordar a ideia de língua homogênea postulada pela Gramática Tradicional, ressaltando como os valores sociais e suas estruturas coletivas impulsionaram a norma padrão a assumir o mais alto grau do sistema linguístico, de modo a negar a todas as outras variedades do idioma o seu valor de direito. Desse sistema coercivo surge o sentimento de correção, provocado pelos “supostos erros”: fato que levou e leva o grupo social de prestígio a refutar as mudanças naturais da língua.

Nesse contexto, não se encontra outra explicação para o uso obrigatório da ênclise, especificamente em posição inicial de oração, que não seja a arbitrariedade das regras descritas pelos gramáticos, cujos usos são impostos pelo sistema escolar. A regra imposta se mostra, portanto, uma mera prescrição do autoritarismo das normas gramaticais conferida pelas estruturas coletivas. Tais modelos sociais rebaixam e desmoralizam outras variantes da língua portuguesa, como ocorre com o

PB, colocado de certa forma subjacente à variante europeia, que apresenta mais poder e autoridade de aferir e determinar as regras gramaticais. -

Pudemos assim concluir que os resultados sobre a colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos em uso no PB são muito diferentes do que apregoa a norma padrão. Por exemplo, os resultados obtidos na Carta de Caminha, comprovam que a escrita naquele momento histórico, não obedecia a nenhuma regra específica e a colocação pronominal, de modo geral, é preferencialmente proclítica, como ocorre ainda hoje no Brasil. A ênclise pronominal praticamente não tem ocorrência no PB falado, sequer por falantes cultos, e a colocação desse clítico anteposto ou posposto ao verbo não acarreta nenhum problema de comunicação

Os resultados, acima registrados, à luz da linguística histórica, sobre a questão problema apontada pelo pesquisador, à colocação dos pronomes pessoais átonos em uso no PB, orientadas por fundamentos teóricos de grandes filólogos e gramáticos de nossa língua — ao longo das análises com base nos números encontrados no corpus da pesquisa foi possível construir respostas, que comprovem o distanciamento existente entre a norma proposta pela tradição escolar e as usadas na fala coloquial. Também foi possível avaliar quais regras de colocação dos pronomes átonos são desrespeitadas pelo falante do PB e quais são preferencialmente utilizadas ou não.

Com base nas conclusões obtidas por essa pesquisa, podemos convidar o leitor a fazer as suas reflexões sobre quais pronomes átonos são encontrados na fala do dia a dia do brasileiro. E convidar mais uma vez a refletir se é justo manchar a redação de um aluno por uma inadequação pronominal.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Eugênio. Os Clíticos na Carta de Caminha. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/Cill19a.htm>> Acesso em: 8 Jan. 2014.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. ver., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BAGNO, Marcos. Gramática Pedagógica do português brasileiro. São Paulo: - Parábola Editorial, 2011.

DALEFI, Roberto Gomes. Enciclopédia do estudante: gramática e linguística: história, regras e usos da língua portuguesa. 1. ed. — São Paulo: Moderna, 2008.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. Estrutura da Língua Portuguesa. 44. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. Princípios de linguística geral. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1974.

CASTILHO, Ataliba T. de. Nova Gramática do Português Brasileiro. 1. ed., 2. reimpressão: Contexto, 2012.

CUNHA, Celso. CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FARACO, Carlos Emílio. MOURA, Francisco Marto de. MARUXO JR, José Hamilton. Gramática. 20. ed. 1. Impressão. São Paulo: Ática, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. - 10. Ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

MASSAUD, Moisés. A literatura portuguesa através dos textos. 30. ed. – São Paulo: Cultrix, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de Usos do Português. São Paulo: ed. UNESP, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de linguística geral: organizada por Carles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio de edição brasileira Isaac Nicolau Salum; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. — 34ª ed. — São Paulo: Cultrix, 2012.